

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

15-03-2010

[preâmbulo]

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento da **Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela** Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), e alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, 229/2005, de 29 de Dezembro, 224/2006, de 13 de Novembro, 15/2007, de 19 de Janeiro, 35/2007, de 15 de Fevereiro, e 270/2009, de 30 de Setembro, adiante designado por Estatuto da Carreira Docente.

Artigo 2.º

Alteração ao Estatuto da Carreira Docente

Os artigos 1.º, 2.º, 4.º, **6.º, 10.º, 13.º, 15.º, 17.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 28.º, 29.º, 31.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 54.º, 56.º, 59.º, 63.º, 64.º, 67.º, 68.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 82.º, 85.º, 86.º, 91.º, 94.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 132.º, 133.º e 135.º** todos do Estatuto da Carreira Docente, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 – [...]

2 – [...]

3 – O pessoal docente em exercício de funções nas escolas públicas portuguesas no estrangeiro, no ensino português no estrangeiro, a prestar serviço em Macau ou em regime de cooperação nos países africanos de língua oficial portuguesa ou outros rege-se por normas próprias.

Artigo 2.º

[...]

Para efeitos de aplicação do presente Estatuto, considera-se pessoal docente aquele que é portador de qualificação profissional para o desempenho de funções de educação ou de ensino, com carácter permanente, sequencial e sistemático, ou a título temporário, após aprovação em prova de avaliação de competências e conhecimentos.

Artigo 4.º

[...]

1 – São garantidos ao pessoal docente os direitos estabelecidos para os trabalhadores em funções públicas, bem como os direitos profissionais decorrentes do presente Estatuto.

2 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) Direito à negociação colectiva nos termos legalmente estabelecidos.

Artigo 6.º

[...]

1 – [...]

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o direito à formação e informação para o exercício da função educativa pode também visar **objectivos de mobilidade** e progressão na carreira.

Artigo 10.º

[...]

1 – O pessoal docente está obrigado ao cumprimento dos deveres estabelecidos **no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas**.

2 – [...]

Artigo 13.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

- a) Profissional, social e ética;
- b) [...]
- c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
- d) [...]

Artigo 15.º

[...]

1 – A formação contínua destina-se a assegurar a actualização, **o aperfeiçoamento e o apoio** à actividade profissional do pessoal docente, visando ainda objectivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade nos termos do presente Estatuto.

2 – [...]

Artigo 17.º

[...]

O recrutamento para a carreira docente processa-se através de procedimento concursal, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do presente Estatuto.

Artigo 22.º

[...]

1 – São requisitos gerais de **recrutamento**:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) Possuir robustez física, perfil psíquico, características de personalidade **e idoneidade** indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- f) [...]

2 – [...]

3 – [...]

4 – Constitui requisito psíquico e características de personalidade e idoneidade necessárias ao exercício da função docente:

- a) A ausência de características de personalidade ou de situações anómalas ou patológicas de natureza neuropsiquiátrica que ponham em risco a relação com os alunos, impeçam ou dificultem o exercício da docência ou sejam susceptíveis de ser agravadas pelo desempenho de funções docentes;**
- b) A ausência de características de idoneidade que ponham em causa os direitos das crianças e as suas medidas de protecção previstos nos instrumentos jurídicos internacionais e na legislação nacional.**

5 – A verificação dos requisitos físicos, psíquicos e das características de idoneidade exigida ao exercício da função docente e da inexistência de alcoolismo ou de toxicod dependências de qualquer natureza é realizada nos termos da lei geral, **nomeadamente do previsto na Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro.**

6 – [...]

7 – A aprovação na prova prevista na alínea *f)* do n.º 1 constitui requisito exigível aos candidatos a **procedimento concursal** de selecção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que ainda não tenham integrado a carreira.

8 – [...]

9 – [...]

10 – As condições de candidatura, de realização e avaliação da prova **constam da portaria prevista no artigo 24.º**

Artigo 23.º

[...]

1 – A verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos necessários ao exercício da função docente e da existência de alcoolismo ou de toxicod dependências de qualquer natureza é realizada pela junta médica regional do Ministério da Educação, mediante solicitação do órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 – [...]

3 – [...]

4 – Para verificação das condições de saúde e de trabalho do pessoal docente realizam-se acções periódicas de rastreio, nos termos da legislação sobre **segurança, higiene e saúde no trabalho.**

Artigo 24.º

Regulamentação do procedimento concursal

A tramitação do procedimento concursal para o exercício de funções docentes é regulamentada através de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo assegurada a negociação colectiva nos termos da lei em vigor.

Artigo 25.º

[...]

1 – Os **mapas** de pessoal docente dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos estruturam-se em:

- a) **Mapas** de agrupamento de escolas;
- b) **Mapas** de escola não agrupada.
- c) [revogado]

2 – Os **mapas** de pessoal docente dos estabelecimentos de educação e ensino abrangidos pelo presente Estatuto fixam dotações para a carreira docente, discriminadas por nível ou ciclo de ensino e grupo de recrutamento, consoante o caso, de modo a conferir maior flexibilidade à gestão dos recursos humanos da docência disponíveis.

3 – [...]

Artigo 26.º

Mapas de agrupamento e **mapas** de escola não agrupada

1 – Os **mapas** de agrupamento de escolas, bem como os **mapas** das escolas não agrupadas, destinam-se a satisfazer as necessidades permanentes dos respectivos estabelecimentos de educação ou de ensino.

2 – A dotação de **postos de trabalho** dos **mapas** de agrupamento **de escolas** ou dos **mapas** de escola **não agrupada**, discriminada por ciclo ou nível de ensino e grupo de recrutamento, é fixada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, **administração pública** e da educação.

3 – [revogado]

Artigo 28.º

Ajustamento dos **mapas**

A revisão dos **mapas** de pessoal docente é feita por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e da educação ou por portaria apenas deste último, consoante dessa alteração resulte ou não aumento dos valores totais globais.

Artigo 29.º

Modalidade de vinculação

O exercício de funções integrado na carreira docente é efectuado na modalidade prevista na lei geral.

Artigo 31.º

[...]

1 – [...]

2 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 9 a 11, o período probatório corresponde ao primeiro ano escolar no exercício efectivo de funções docentes.

3 – [...]

a) O docente tenha sido recrutado **em procedimento concursal sem prévia relação jurídica de emprego pública** ou para a satisfação de necessidades transitórias e antes do início do ano lectivo;

b) [...]

c) [...]

4 – Durante o período probatório, o professor é acompanhado e apoiado, no plano didáctico, pedagógico e científico por um docente posicionado no 4.º escalão ou superior, **sempre que possível, do mesmo grupo de recrutamento**, a quem tenha sido atribuída menção qualitativa igual ou superior a *Bom* na última avaliação **do** desempenho, a designar pelo coordenador do departamento curricular ou do conselho de docentes respectivo, que:

a) Seja detentor, preferencialmente, de formação especializada na área de organização educacional e desenvolvimento curricular, supervisão pedagógica **ou** formação de formadores;

b) **Esteja**, sempre que **possível, posicionado** nos dois últimos escalões da carreira e **tenha** optado pela especialização funcional correspondente.

5 – Compete ao docente a que se refere o número anterior:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Elaborar **relatório da actividade desenvolvida**, incluindo os dados da observação de aulas obrigatoriamente realizada;

e) [...]

6 – [...]

7 – [...]

8 – A avaliação do desempenho do docente em período probatório é objecto de **regulamentação**, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 40.º

9 – [...]

10 – [...]

11 – Para além dos motivos referidos no n.º 9, o período probatório do docente que faltar justificadamente por um período correspondente a 20 dias de actividade lectiva é repetido no ano escolar seguinte.

12 – **Concluído o período probatório com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* o seu termo é formalmente assinalado por acto escrito da entidade competente para a celebração do contrato.**

13 – Se o docente obtiver avaliação do desempenho de *Regular* é facultada a oportunidade de repetir o período probatório, sem interrupção funcional, devendo desenvolver o projecto individual de formação e a acção pedagógica que lhe forem indicados, em termos idênticos aos previstos no n.º 5 do artigo 48.º.

14 – Se o docente obtiver avaliação do desempenho de *Insuficiente*, no termo do período probatório a **relação jurídica de emprego pública cessa, sem direito a indemnização.**

15 – A atribuição da menção qualitativa de *Insuficiente* implica a impossibilidade de o docente se candidatar, a qualquer título, à docência no próprio ano ou no **ano escolar seguinte.**

16 – O tempo de serviço prestado pelo docente em período probatório é contado para efeitos de progressão na carreira docente, desde que classificado com menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.

Artigo 33.º

Contrato a termo resolutivo

1 – O exercício transitório de funções docentes pode ser assegurado por indivíduos que preencham os requisitos **de recrutamento**, em regime de contrato **a termo resolutivo**, tendo em vista a satisfação de necessidades residuais do sistema educativo não colmatadas pelo pessoal docente **de carreira** que sobrevenham até ao final do primeiro período lectivo.

2 – **O regime de contrato previsto no número anterior pode ainda ser utilizado para o exercício temporário de funções docentes para além do final do primeiro período lectivo ou de formação em áreas técnicas específicas.**

3 – **As regras** a que obedece a contratação de pessoal docente ao abrigo dos números anteriores são fixadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

34.º

[...]

1 – O pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, integra, nos termos da lei geral, uma carreira especial.

2 – A carreira docente é uma carreira unicategorial.

3 – A carreira docente desenvolve-se nos escalões e índices que constam do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

4 – A identificação da categoria e grau de complexidade funcional consta do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

35.º

[...]

1 – [...]

2 – [...]

3 – [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

l) [...]

m) [...]

n) [...]

o) Desempenhar as actividades de coordenação administrativa e pedagógica que não sejam exclusivas dos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior.

4 – As funções de coordenação, orientação, supervisão pedagógica e avaliação do desempenho são reservadas aos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior, detentores, preferencialmente, de formação especializada.

5 – Em casos **excepcionais** devidamente fundamentados, os docentes posicionados no 3.º escalão **podem** exercer as funções referidas no número anterior desde que detentores de formação especializada.

6- Os docentes dos dois últimos escalões da carreira, desde que detentores de formação especializada, **podem** candidatar-se, com possibilidade de renúncia a produzir efeitos no termo de cada ano escolar, a uma especialização funcional para o exercício exclusivo ou predominante das funções de supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, avaliação do desempenho e administração escolar, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

7 – As funções previstas no n.º 4 são atribuídas prioritariamente aos docentes referidos no número anterior.

Artigo 36.º

[...]

1 – O ingresso na carreira docente faz-se mediante **procedimento concursal** de entre os docentes que satisfaçam os requisitos de **recrutamento** a que se refere o artigo 22.º.

2 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o ingresso na carreira faz-se no 1º escalão.

3 – [...]

4 – Os critérios de posicionamento na carreira decorrentes do ingresso a que se refere o número anterior são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

Artigo 37.º

[...]

1 – A progressão na carreira docente consiste na alteração do índice remuneratório através da mudança de escalão.

2 – O reconhecimento do direito à progressão ao escalão seguinte depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Da permanência de um período mínimo de serviço docente efectivo no escalão imediatamente anterior;
- b) Da atribuição, **nas duas últimas avaliações do desempenho, de menções qualitativas não inferiores a *Bom***;
- c) Frequência, com aproveitamento, **de** módulos de formação contínua que correspondam, na média do número de anos de permanência no escalão, a 25 horas anuais, ou, **em alternativa, de** cursos de formação especializada.

3 – A progressão aos 3.º, 5.º e 7.º escalões depende, além dos requisitos previstos no número anterior, do seguinte:

- a) Observação de aulas, no caso da progressão aos 3.º e 5.º escalões;
- b) Obtenção de vaga, no caso da progressão aos 5.º e 7.º escalões.

4 – Os módulos de tempo de serviço docente nos escalões têm a duração de quatro anos, com excepção do tempo de serviço no 5.º escalão que tem a duração de dois anos.

5 – Excepciona-se do disposto na alínea *b)* do n.º 2 o número de menções qualitativas de avaliação do desempenho obtidas no 5.º escalão, para o qual é só exigida uma menção qualitativa mínima de *Bom*.

6 – [anterior n.º 4]

7 – A progressão aos 5.º e 7.º escalões, nos termos referidos na alínea *b)* do n.º 3, processa-se anualmente e havendo lugar à adição de um factor de compensação por cada ano suplementar de permanência nos 4.º ou 6.º escalões aos docentes que não obtiverem vaga, em termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas **das finanças, administração pública e da educação**.

8 – A progressão ao escalão seguinte opera-se nos seguintes momentos:

- a) A progressão aos 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 10.º escalões opera-se na data em que o docente perfaz o tempo de serviço no escalão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do primeiro dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data;
- b) A progressão aos 5.º e 7.º escalões opera-se na data em que o docente obteve vaga para progressão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do primeiro dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data.

9 – [...]

Artigo 38.º

Equiparação a serviço docente efectivo

É equiparado a serviço efectivo em funções docentes todo aquele que for prestado pelo pessoal docente em cargo ou função cujo regime legal preveja a salvaguarda na carreira de origem do direito à contagem do tempo de serviço prestado.

Artigo 39.º

[...]

1 – Na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira, são considerados os períodos referentes a **mobilidade interna, cedência de interesse público** e comissão de serviço no exercício de funções não docentes que revistam natureza técnico-pedagógica, desde que não excedam dois anos do módulo de tempo de serviço que for necessário para os referidos efeitos com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* durante o referido período.

2 – Os períodos referentes a **mobilidade interna, cedência de interesse público** e comissão de serviço no exercício de funções que revistam natureza técnico-pedagógica e que excedam o limite considerado no número anterior relevam na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira se o docente obtiver na primeira avaliação do

desempenho posterior ao regresso ao serviço docente efectivo menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.

3 – [...]

4 – [...]

5 – [...]

Artigo 40.º

[...]

1 – [...]

2 – A avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos e proporcionar orientações para o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência.

3 – [...]

a) [...]

b) Contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente;

c) **Identificar** as necessidades de formação do pessoal docente;

d) [...]

e) Diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente;

f) [...]

g) Promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho;

h) Promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente;

i) Promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional.

4 – [...]

5 – [revogado]

6 – Os docentes que exerçam cargos ou funções cujo enquadramento normativo ou estatuto salgarde o **direito de progressão** na carreira de origem e não tenham funções lectivas distribuídas podem optar, para efeitos do artigo 37.º, por uma das seguintes classificações:

a) [...]

b) [...]

7 – [...]

8 – Em caso de opção pela avaliação a que se refere a alínea *b)* do n.º 6, a progressão opera para o escalão correspondente ao tempo de serviço prestado, de acordo com os critérios fixados no artigo 37.º.

9 – Na falta da avaliação do desempenho prevista na alínea *a)* do n.º 6, **por** o docente pretender a sua alteração **ou para efeitos de progressão ao 5.º ou 7.º escalões, pode solicitar a avaliação** através de ponderação curricular, **nos termos definidos no despacho normativo previsto no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as adaptações constantes do decreto regulamentar previsto no n.º 4.**

Artigo 41.º

[...]

[...]

- a)* Progressão na carreira;
- b)* **Termo** do período probatório;
- c)* [...]
- d)* [...]

Artigo 42.º

[...]

1 – [...]

2 – [...]

- a)* Vertente profissional, social e ética;
- b)* [...]
- c)* Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
- d)* [...]

3 – A avaliação do desempenho dos docentes realiza-se no final de cada período de dois anos lectivos e reporta-se ao tempo de serviço nele prestado.

4 – [...]

5 – [...]

6 – [...]

7 – [revogado]

Artigo 43.º

[...]

1 – [...]

- a) O avaliado;
- b) O Júri de Avaliação;
- c) [...]

2 – Ao Júri de Avaliação cabe, para além da atribuição da avaliação do desempenho dos docentes, **a faculdade** de emitir recomendações destinadas à melhoria da prática pedagógica e à qualificação do desempenho profissional.

3 – Compete à comissão de coordenação da avaliação do desempenho:

- a) [anterior alínea a) do n.º 6]
- b) Assegurar **o respeito pela** aplicação das percentagens máximas para a atribuição das menções de *Excelente* e *Muito Bom* e confirmar a atribuição da menção de *Insuficiente*.

4 – Intervém ainda no processo de avaliação do desempenho o Director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, ao qual compete:

- a) [...]
- b) [...]

5 – A composição do júri de avaliação e da comissão de coordenação da avaliação do desempenho, bem como as suas competências, são definidas nos termos do n.º 4 do artigo 40.º

6 – [anterior n.º 7]

7 – [revogado]

Artigo 45.º

Domínios de avaliação

1 – A dimensão de avaliação referida na alínea a) do n.º 2 do artigo 42.º tem um carácter transversal ao exercício da profissão docente.

2 – A dimensão da avaliação referida na alínea b) do n.º 2 do artigo 42.º aprecia o contributo e a qualidade científico-pedagógica do trabalho desenvolvido pelo docente, tendo em conta os seguintes domínios:

- a) [anterior alínea a) do n.º 1]
- b) [anterior alínea b) do n.º 1]
- c) [anterior alínea c) do n.º 1]

d) [anterior alínea *d)* do n.º 1]

3 – Na dimensão da avaliação referida na alínea *c)* do n.º 2 do artigo 42.º são apreciados os contributos do docente para o funcionamento e qualidade do serviço prestado pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sendo tidos em conta os seguintes domínios:

- a)* O cumprimento do serviço lectivo e não lectivo distribuído;
- b)* O contributo dos docentes para a realização dos objectivos e metas do Projecto Educativo e dos planos anual e plurianual de actividades do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- c)* A participação nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e nos órgãos de administração e gestão;
- e)* A dinamização de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação educativa e sua correspondente avaliação.

4 – A dimensão de avaliação referida na alínea *d)* do n.º 2 do artigo 42.º aprecia a incorporação da formação na prática profissional do docente, operacionalizando-se no domínio formação contínua e desenvolvimento profissional.

5 – No processo de avaliação do desempenho e durante o ano lectivo devem ser recolhidos elementos relevantes de natureza informativa, designadamente decorrentes de auto-avaliação e observação de aulas.

Artigo 46.º

[...]

1 – **[revogado]**

2 - O resultado final da avaliação do docente é expresso através das seguintes menções qualitativas correspondentes às classificações de:

- a)* «Excelente» - de 9 a 10 valores;
- b)* «Muito Bom» - de 8 a 8,9 valores;
- c)* «Bom» - de 6,5 a 7,9 valores;
- d)* «Regular» - de 5 a 6,4 valores;
- e)* «Insuficiente» - de 1 a 4,9 valores.

3 – **No decreto regulamentar previsto no n.º 4 do artigo 40.º** são fixadas as percentagens máximas para a atribuição das **menções** de *Muito Bom* e *Excelente*, por agrupamento de escolas ou

escola não agrupada, as quais terão por referência os resultados obtidos na **respectiva** avaliação externa.

4 – A atribuição da menção de *Excelente* deve ainda especificar os contributos relevantes proporcionados pelo avaliado **para a qualidade do serviço educativo prestado e das aprendizagens dos alunos**, tendo em vista a sua inclusão numa base de dados sobre boas práticas e posterior divulgação.

5 – [revogado]

6 – [revogado]

7 – [revogado]

8 – [revogado]

Artigo 47.º

[...]

1 – Atribuída a avaliação final, esta é dada a conhecer ao avaliado, que dela pode apresentar reclamação escrita no prazo de 10 dias úteis.

2 – Da decisão de atribuição da avaliação final e da decisão sobre a reclamação pode ser interposto recurso para o Júri Especial de Recurso, no prazo de 10 dias úteis contados do seu conhecimento.

3 – A composição do Júri Especial de Recurso é definida nos termos do n.º 4 do artigo 40.º.

Artigo 48.º

[...]

1 – [...]

- a) À progressão aos 5.º e 7.º escalões sem dependência de vagas, aos docentes que obtenham, na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, **uma das** referidas menções;
- b) À bonificação de um ano para progressão na carreira, a usufruir no escalão seguinte, aos docentes que obtenham **duas menções qualitativas consecutivas de *Excelente*, ou, independentemente da ordem, duas menções qualitativas consecutivas de *Excelente e Muito Bom***;
- c) À bonificação de seis meses para progressão na carreira, a usufruir no escalão seguinte, aos docentes que obtenham duas menções qualitativas consecutivas de *Muito Bom*;
- d) [anterior alínea c)]

2 – [...]

- a) Que seja considerado o período de tempo a que respeita para efeitos de progressão na carreira;
- b) **O termo com sucesso** do período probatório.

3 – A atribuição da menção qualitativa de *Regular* ou da menção qualitativa de *Insuficiente* implica a não contagem do período a que respeita para efeitos de progressão na carreira.

4 – [...]

- a) [...]
- b) [...]
- c) A cessação da **relação contratual** do docente em período probatório **no respectivo termo**;
- d) [...]

5 – [...]

6 – A atribuição ao docente **de carreira** de duas **menções** consecutivas ou três interpoladas de *Insuficiente* determina a não distribuição de serviço lectivo no ano imediatamente subsequente.

Artigo 54.º

[...]

1 – A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de mestre em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de um ano no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, **na avaliação do desempenho docente lhes tenha** sido sempre **atribuída** menção **qualitativa** igual ou superior a *Bom*.

2 - A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de doutor em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de dois anos no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, **na avaliação do desempenho docente lhes tenha** sido sempre **atribuída** menção **qualitativa** igual ou superior a *Bom*.

3 – [...]

4 – [...]

Artigo 56.º

[...]

1 – A qualificação para o exercício de outras funções ou actividades educativas especializadas por docentes integrados na **carreira, nos** termos do artigo 36.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, adquire-se pela frequência, com aproveitamento, de cursos de formação especializada realizados em estabelecimentos de ensino superior para o efeito competentes nas seguintes áreas:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

2 – [...]

3 – [...]

4 – [...]

Artigo 59.º

[...]

1 – A carreira docente é remunerada de acordo com as escalas indiciárias constantes do anexo I ao presente Estatuto, que dele faz parte integrante.

2 – **O valor a que corresponde o índice 100 das escalas indiciárias e índices referido no número anterior é fixado por portaria nos termos previstos no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.**

Artigo 63.º

[...]

1 – **Em função das verbas orçamentais afectas em cada ano à atribuição de prémios de desempenho, o docente de carreira** em efectividade de serviço docente tem direito a um prémio pecuniário de desempenho, **equivalente à sua remuneração base mensal**, a abonar

numa única prestação, por cada duas avaliações de desempenho consecutivas, ou três interpoladas, com menção qualitativa igual ou superior a *Muito Bom*.

2 – [...]

3 – [...]

4 – Quando o direito ao prémio de desempenho ocorra no mesmo ano civil em que houve progressão ao escalão seguinte, o mesmo é processado e pago no ano seguinte, tendo por referência o índice remuneratório que o docente auferia no período respeitante ao ciclo de avaliação.

Artigo 64.º

[...]

1 – São instrumentos de mobilidade **geral** dos docentes **integrados na carreira**:

- a) **A mobilidade interna;**
- b) **A cedência de interesse público.**

2 – **Os postos de trabalho existentes nos mapas dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas podem ser ocupados por docentes integrados na carreira através de procedimento concursal.**

3 – **O procedimento concursal permite ainda a transição entre níveis ou ciclos de ensino e entre grupos de recrutamento.**

4 – As regras de mobilidade especial aplicáveis aos docentes sem componente lectiva atribuída e aos declarados incapacitados para o exercício de funções docentes são as definidas em diploma próprio.

5 – [revogado]

Artigo 67.º

Mobilidade interna

1 – **Pode haver lugar à mobilidade interna de docentes integrados na carreira nos termos da lei geral, com as adaptações constantes dos números seguintes.**

2 – **Pode haver lugar à mobilidade interna de docentes na categoria ou intercarreiras por um ano escolar, eventualmente prorrogáveis até ao limite de quatro anos escolares, incluindo o primeiro.**

3 – **O limite previsto no número anterior é de nove anos no caso de funções docentes nas escolas europeias.**

4 – O docente é remunerado pelo órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo mapa pertence no exercício das seguintes funções:

- a) Funções docentes em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas públicos;
- b) Funções docentes na educação extra-escolar;
- c) Funções docentes nas escolas europeias.

5 – Findo o prazo previsto nos n.ºs 2 e 3, o docente:

- a) Regressa ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo mapa pertence, não podendo voltar a ser sujeito a mobilidade durante o prazo de quatro anos escolares;
- b) Pode candidatar-se a procedimento concursal para diferente carreira e categoria; ou
- c) Requer a passagem à situação de licença sem remuneração de longa duração.

6 – O docente que regresse ao posto de trabalho de origem após ter passado pela situação de licença prevista na alínea c) do número anterior fica impedido de ser sujeito a mobilidade antes de decorrido um período mínimo de quatro anos escolares após o regresso.

7 – Por iniciativa da Administração, pode ocorrer a afectação definitiva do docente para posto de trabalho vago do mapa de outro agrupamento de escolas ou escola não agrupada, independentemente de procedimento concursal, com fundamento em interesse público decorrente do planeamento e organização da rede escolar, nos termos dos números seguintes.

8 – Os docentes podem manifestar as suas preferências por ordem decrescente de prioridade, por agrupamentos de escolas, por escolas não agrupadas, por concelhos e pelo âmbito geográfico de acordo com as regras do procedimento concursal sobre preferências.

9 – Na ausência de horários nas preferências manifestadas, a colocação dos docentes efectua-se para a área do concelho do posto de trabalho de origem, sendo que se esta se situar nas áreas dos concelhos de Lisboa ou do Porto ou nas áreas dos concelhos enunciados no número seguinte a colocação faz-se para posto de trabalho neles situado, independentemente do acordo do interessado.

10 – Para efeitos do número anterior, consideram-se, relativamente a Lisboa, os concelhos de Amadora, Odivelas, Vila Franca de Xira, Loures, Cascais, Sintra, Oeiras, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo e Alcochete e, relativamente ao Porto, os de Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Artigo 68.º

Cedência de interesse público

Pode haver lugar a cedência de interesse público, nos termos da lei geral.

Artigo 70.º

[...]

O pessoal docente pode exercer funções dirigentes na Administração Pública, funções em gabinetes dos membros do Governo ou equiparados e ainda de outras funções para as quais a lei exija a comissão de serviço como vínculo.

Artigo 71.º

[...]

1 – A autorização **para a mobilidade geral** é concedida por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, após parecer do **órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada** a cujo **mapa os docentes** pertencem.

2 – [...]

3 – Por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação é fixado o período durante o qual **pode**, em cada ano escolar, ser requerida a **mobilidade geral** do pessoal docente.

4 – **A mobilidade geral** só produz efeitos no início de cada ano escolar.

5 – O disposto nos n.ºs 1 a 4 não é aplicável **ao exercício de funções em que se aplique a respectiva legislação própria.**

Artigo 72.º

[...]

1 – Os docentes podem transitar, **por procedimento concursal**, entre os diversos níveis ou ciclos de ensino previstos neste Estatuto e entre os grupos de recrutamento estabelecidos em legislação própria.

2 – [...]

3 – [revogado]

4 – [...]

Artigo 73.º

[...]

1 – O exercício **de funções docentes** a tempo inteiro em **agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas** pode ser assegurado por outros trabalhadores em funções públicas que preencham os requisitos legalmente exigidos para o efeito.

2 – As funções docentes referidas no número anterior são exercidas em regime **de cedência de interesse público**.

Artigo 74.º

[...]

A acumulação de cargo ou **posto de trabalho** da Administração Pública com o exercício de funções docentes em **agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro**, só é permitida **quando o trabalhador esteja integrado em carreira**.

Artigo 82.º

[...]

1 – [...]

2 – [...]

3 – O trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino deve ser desenvolvido sob orientação das respectivas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica com o objectivo de contribuir para a realização do projecto educativo da escola, podendo compreender as seguintes actividades:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

l) [...]

m) [...]

n) [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

a) [...]

b) Mediante leccionação da aula correspondente por um **docente de carreira** com formação adequada e componente lectiva incompleta, de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina;

c) [...]

Artigo 85.º

[...]

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º, o pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário pode exercer funções em regime de tempo parcial, nos termos previstos para os demais **trabalhadores em funções públicas na mesma modalidade**.

Artigo 86.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

a) [...]

b) «Dirigente e dirigente máximo» – o órgão de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas.

3 - [...]

Artigo 91.º

[...]

1 – Durante os períodos de interrupção da actividade lectiva, a distribuição do serviço docente para cumprimento das necessárias tarefas de natureza pedagógica ou organizacional, designadamente as de avaliação e planeamento, consta de um plano elaborado pelo órgão de

administração e gestão do agrupamento ou escola não agrupada, do qual deve ser dado prévio conhecimento aos docentes.

2 – [...]

Artigo 94.º

[...]

1 – [...]

2 – [...]

3 – A ausência do docente a **um dos tempos** de uma aula de noventa minutos de duração é registada nos termos da alínea *b)* do número anterior.

4 – [revogado]

5 – [...]

6 – [...]

7 – [...]

8 – [...]

9 – [...]

10 – A falta ao serviço lectivo que dependa de autorização apenas pode ser permitida quando o docente tenha apresentado ao órgão de administração e gestão da escola o plano de aula a que pretende faltar.

Artigo 99.º

[...]

1 – O docente que, tendo passado à situação de licença sem **remuneração** de longa duração na sequência de doença, regresse ao serviço no decurso do ano escolar permanecerá no **mapa** a que pertence em funções de apoio até ao início do ano escolar seguinte.

2 – [...]

Artigo 100.º

[...]

1 – [...]

2 – Há ainda lugar a intervenção da junta médica da direcção regional de educação nas situações de licença por gravidez de risco clínico prevista no n.º 1 do artigo 37.º do Código do Trabalho.

Artigo 101.º

[...]

1 – [...]

2 – Sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º, aos docentes abrangidos pelo Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser distribuído serviço lectivo extraordinário no início do ano escolar, sendo obrigatório o respectivo cumprimento, excepto nos dias que beneficiem das dispensas ou faltas previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

3 – [...]

Artigo 102.º

[...]

1 – O docente pode faltar um dia útil por mês, por conta do período de férias, até ao limite de sete dias úteis por ano.

2 – [...]

3 – O docente que pretenda faltar ao abrigo do disposto no presente artigo deve solicitar, com a antecedência mínima de três dias úteis, autorização escrita ao órgão de **administração e gestão** do respectivo estabelecimento de educação ou de ensino, ou se tal não for comprovadamente possível, no próprio dia, por participação oral, que deve ser reduzida a escrito no dia em que o docente regressar ao serviço.

4 – [...]

Artigo 103.º

[...]

Para efeitos de aplicação do disposto no presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

- b) Prestação de provas de **procedimento concursal**;
- i) **As dadas por docentes eleitos para estruturas de representação colectiva**, nos termos definidos por lei.

Artigo 105.º

Licença sem **remuneração** até 90 dias

- 1 – O docente **de carreira** com, pelo menos, três anos de serviço docente efectivo pode requerer em cada ano civil licença sem **remuneração** até 90 dias, a gozar seguidamente.
- 2 – A licença sem **remuneração** é autorizada por períodos de 30, 60 ou 90 dias.
- 3 – O gozo de licença sem **remuneração** até 90 dias impede que seja requerida nova licença da mesma natureza no prazo de três anos.
- 4 – [...]

Artigo 106.º

Licença sem **remuneração** por um ano

- 1 – O gozo de licença sem **remuneração** por um ano pelo pessoal docente é obrigatoriamente coincidente com o início e o termo do ano escolar.
- 2 – [...]

Artigo 107.º

Licença sem **remuneração** de longa duração

- 1 – O docente **de carreira** com, pelo menos, cinco anos de serviço docente efectivo pode requerer licença sem **remuneração** de longa duração.
- 2 – O início e o termo da licença sem **remuneração** de longa duração são obrigatoriamente coincidentes com as datas de início e de termo do ano escolar.
- 3 – O docente em gozo de licença sem **remuneração** de longa duração pode requerer, nos termos do número anterior, o regresso ao **mapa** de origem, numa das vagas existentes no respectivo grupo de **recrutamento** ou na primeira que venha a ocorrer.
- 4 – Para efeitos de regresso ao **mapa** de origem, o docente deve apresentar o respectivo requerimento até ao final do mês de Setembro do ano lectivo anterior àquele em que pretende regressar.
- 5 – O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de o docente se apresentar a **procedimento concursal** para **ocupação de posto de trabalho em outros mapas**, quando não existir vaga no **mapa** de origem.

6 – No caso de o docente não **ocupar posto de trabalho em mapa em consequência de procedimento concursal**, mantém-se na situação de licença sem **remuneração** de longa duração, com os direitos previstos nos números anteriores.

Artigo 108.º

[...]

1 – Ao docente **de carreira** com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* e, pelo menos, oito anos de tempo de serviço ininterrupto no exercício efectivo de funções docentes, pode ser concedida licença sabática, pelo período de um ano escolar, nas condições a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 – [...]

Artigo 112.º

[...]

Ao pessoal docente é aplicável o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, com as adaptações constantes do presente capítulo.

Artigo 113.º

[...]

1 – O pessoal docente é disciplinarmente responsável perante o director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde presta funções.

2 – São disciplinarmente responsáveis perante o respectivo director regional de educação:

- a) Os membros docentes do Conselho Geral, pelas infracções praticadas no exercício dessas funções;
- b) O director.

Artigo 114.º

[...]

Considera-se infracção disciplinar o comportamento do docente, por acção ou omissão, ainda que meramente culposo, que viole deveres gerais ou especiais que lhe incumbem.

Artigo 115.º

[...]

1 – A instauração de processo disciplinar é da competência do director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 – Sendo o director ou algum membro docente do Conselho Geral, nas situações previstas no artigo 113.º, visado em processo disciplinar, a competência para a sua instauração cabe ao respectivo director regional de educação.

3 – [...]

4 – A nomeação do instrutor é da competência da entidade que instaurar o processo disciplinar, nos termos do artigo 42.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, não se aplicando o n.º 4 no que à actividade lectiva concerne.

5 – [...]

6 – Excepcionalmente, pode a entidade que instaurar processo disciplinar solicitar à respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, a nomeação de instrutor, com fundamento na manifesta impossibilidade da sua nomeação.

7 – A suspensão preventiva é proposta pelo director ou pelo instrutor do processo e decidida:

- a) Pelo director regional de educação, caso o arguido seja docente;
- b) Pelo Ministro da Educação, caso o arguido seja o director ou um membro docente do Conselho Geral.

8 – O prazo previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, pode ser prorrogado até ao final do ano lectivo, sob proposta da entidade competente para instaurar o processo disciplinar e com os fundamentos previstos na lei.

Artigo 116.º

Competência para aplicação das penas

1 – A aplicação das penas ao pessoal docente é da competência:

- a) Do director, no **caso da pena de repreensão escrita**;
- b) Dos directores regionais de educação, no caso das penas de **multa e de suspensão**;
- c) Do Ministro da Educação, no caso da pena de **demissão ou** despedimento por facto imputável ao docente.

2 – A aplicação das penas ao director ou a um membro do Conselho Geral, nas situações previstas no artigo 113.º, é da competência:

- a) Dos directores regionais de educação, no caso das penas de repreensão escrita, multa e suspensão;
- b) Do Ministro da Educação, no caso da pena de **demissão ou** despedimento por facto que lhe seja imputável.

3 – [revogado]

Artigo 117.º

[...]

1 – A aplicação de pena disciplinar de suspensão a docentes **em regime de contrato a termo resolutivo** determina a não renovação do contrato, podendo implicar **a sua imediata** cessação se o período de afastamento da função docente for igual ou superior ao período durante o qual, no âmbito desse contrato, prestou funções.

2 – A aplicação da pena disciplinar de **despedimento** a docentes **em regime de contrato a termo resolutivo** determina a incompatibilidade para o exercício de funções docentes nos **agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas**.

Artigo 132.º

[...]

1 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4, a contagem do tempo de serviço do pessoal docente, incluindo o prestado em regime de tempo parcial, considerado para efeitos de antiguidade, obedece às regras gerais aplicáveis aos restantes **trabalhadores em funções públicas**.

2 – [...]

3 - A contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente obedece ainda ao disposto nos artigos 37.º, 38.º, 39.º, 48.º e 54.º

4 – [...]

Artigo 133.º

[...]

1 – [...]

2 – O período probatório realizado no ensino particular e cooperativo é válido para efeitos de **ingresso** na carreira docente quando realizado mediante acreditação do Ministério da Educação, nos termos e condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

3 - Os critérios de posicionamento na carreira decorrentes do ingresso a que se refere o n.º 1 são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

Artigo 135.º**Direito aplicável**

A carreira docente rege-se pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com as adaptações previstas no presente Estatuto.»

Artigo 3.º

Alteração ao anexo ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

O anexo ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, passa a ter a seguinte redacção:

«Anexo I

Tabela a que se refere o n.º 3 do artigo 34.º e n.º 1 do artigo 59.º do Estatuto

Escalões	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º
Índices	167	188	205	218	235	245	272	299	340	370

»

Artigo 4.º

Aditamento ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

É aditado ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário o anexo II com a seguinte redacção:

«Anexo II

Estrutura da carreira docente

Carreira especial	Categoria	Grau de complexidade funcional
Docente	Professor	3

»

Artigo 5.º

Dispensa da prova de avaliação de competências e conhecimentos

Estão dispensados da realização da prova de avaliação de competências e conhecimentos os candidatos à admissão a concursos de selecção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, promovidos no território continental, que ainda

não tenham integrado a carreira e que, no momento da entrada em vigor do presente decreto-lei, se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Candidatos que, no âmbito de um contrato de serviço docente em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, incluindo os estabelecimentos de ensino público das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tenham já obtido na avaliação do desempenho menção qualitativa não inferior a *Bom*;
- b) Candidatos que tenham exercido ou estejam a exercer funções em estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, incluindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social, a cujo estabelecimento tenha sido concedida a autonomia pedagógica ou o paralelismo pedagógico e que tenham obtido uma avaliação do desempenho equivalente à referida na alínea anterior;
- c) Candidatos que tenham exercido ou estejam a exercer funções docentes no Ensino Português no Estrangeiro e que tenham obtido na avaliação do desempenho prevista no artigo 14.º ou no regime previsto no Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de Julho, menção qualitativa não inferior a *Bom*.

Artigo 6.º

Mapas de pessoal

- 1 - Os **postos de trabalho** ocupados nas categorias de professor e professor titular são automaticamente convertidos em igual número de **postos de trabalho** da categoria de professor.
- 2 – Aos **mapas** de zona pedagógica continua a aplicar-se o disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro.

Artigo 7.º

Funções específicas da categoria de professor titular

- 1 - Os cargos e funções previstos no n.º 4 do artigo 35.º do Estatuto da Carreira Docente, na redacção do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, mantêm-se ocupados pelos docentes que actualmente os exercem, até à sua substituição, caso se mostre necessário, de acordo com as regras previstas no Estatuto da Carreira Docente, no início do ano escolar 2010-2011.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, com a entrada em vigor do presente decreto-lei cessam as nomeações em comissão de serviço como professor titular, transitando os docentes para a nova estrutura de carreira, nos termos do artigo seguinte, de acordo com o seu escalão de origem anterior àquela nomeação.

Artigo 8.º

Transição de carreira docente

1 – Os docentes que, independentemente da categoria, se encontram posicionados nos escalões da estrutura da carreira docente prevista no Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, transitam para a categoria de professor da nova estrutura de carreira para índice a que corresponda montante pecuniário de remuneração base idêntico ao que actualmente auferem.

2 – Excepcionam-se do disposto no número anterior:

- a) Os docentes que, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, se encontram abrangidos pelo regime transitório constante dos n.ºs 1, 2, 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, os quais completam o tempo de serviço docente para efeitos de progressão na carreira e avaliação do desempenho aí exigido, findo o qual transitam para a nova estrutura de carreira nos seguintes escalões:
 - i) 1.º escalão para os docentes abrangidos pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro;
 - ii) 5.º escalão para os docentes abrangidos pelos n.ºs 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, sem prejuízo das regras fixadas no Estatuto da Carreira Docente para a progressão a este escalão.
- b) Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, sejam detentores da categoria de professor titular, posicionados no índice 245 há mais de quatro anos e menos de cinco para efeitos de progressão na carreira, transitam para a categoria de professor da nova estrutura da carreira reposicionados no índice 272, desde que cumulativamente:
 - i) Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;
 - ii) Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*.
- c) Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 245 há pelo menos seis anos

para efeitos de progressão na carreira, transitam para a categoria de professor da nova estrutura da carreira reposicionados no índice 299, desde que cumulativamente:

- i)* Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;
- ii)* Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*.

3 – Da transição entre estruturas de carreira não pode decorrer diminuição do valor da remuneração base auferida pelo docente.

4 – O tempo de serviço já prestado pelos docentes no escalão e índice da estrutura da carreira definida pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, independentemente da categoria, à data da transição, é contabilizado no escalão e índice de integração para efeitos de progressão na carreira.

5 – Excepciona-se do disposto no número anterior os docentes previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2, cujo tempo de serviço no índice de reposicionamento é contabilizado a partir da data da sua efectivação.

6 – A transição para o índice e escalão da nova estrutura de carreira efectua-se sem quaisquer formalidades, para além da elaboração, pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada, de uma lista nominativa de transição a afixar em local apropriado que possibilite a consulta pelos interessados.

7 – Continua a aplicar-se aos docentes do nível de qualificação 2 a que se refere o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 312/99, de 10 de Agosto, o disposto no n.º 9 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro.

Artigo 9.º

Regime especial de reposicionamento indiciário

1 - Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 245 há mais de cinco anos e menos de seis para efeitos de progressão na carreira, são reposicionados no índice 299 de acordo com as seguintes regras cumulativas:

- a) No momento em que perfizerem seis anos de tempo de serviço no índice para efeitos de progressão na carreira;
- b) Tenham obtido no ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009 no mínimo a menção qualitativa de *Bom*;
- c) Tenham obtido na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio, classificação igual ou superior a *Satisfaz*.

2 - Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 340, são, a partir do ano civil de 2012, reposicionados no índice 370, de acordo com as seguintes regras cumulativas:

- a) Possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;
- b) Reúnam os requisitos legais necessários para a aposentação, incluindo a antecipada, e demonstrem que a requereram;
- c) Tenham obtido nos dois ciclos de avaliação do desempenho imediatamente anteriores a menção qualitativa mínima de Bom.

3 - A contabilização do tempo de serviço no índice e escalão de reposicionamento é efectuado da seguinte forma:

- a) À data em que perfizeram o tempo de serviço exigido no índice 245, no caso dos docentes previstos no n.º 1;
- b) À data em que perfizeram o tempo de serviço exigido no índice 340, caso seja posterior a 1 de Janeiro de 2012, ou neste data, caso tenha sido completado anteriormente, relativamente aos docentes previstos no n.º 2.

10.º

Normas transitórias de progressão na carreira

1 - As condições exigidas para progressão aos 3.º, 5.º e 7.º escalões previstas no n.º 3 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente aplicam-se aos docentes que completem os requisitos gerais para progressão após a entrada em vigor do presente diploma.

2 - Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 299, incluindo os reposicionados no índice por efeito da alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 9.º, progridem ao índice 340,

para além do cumprimento do requisito previsto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente para o tempo de permanência no escalão, de acordo com as seguintes regras:

- a*) Possuam seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira prestados no índice;
- b*) Tenham obtido na avaliação do desempenho:
 - i*) Para os docentes em condições de progredir no ano de 2010, a menção qualitativa mínima de *Bom* referente ao ciclo de avaliação de 2007-2009, e menção igual ou superior a *Satisfaz* na última avaliação do desempenho efectuada nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio;
 - ii*) Para os docentes em condições de progredir a partir do ano de 2011, a menção qualitativa mínima de *Bom*, referente ao ciclo de avaliação de 2007-2009 e seguintes.

3 - Os docentes que, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam, independentemente da categoria, posicionados no índice 340, progridem ao índice 370, para além das regras gerais de progressão quanto a formação contínua, de acordo com as seguintes regras:

- a*) Até ao final do ano civil de 2012, desde que possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e tenham obtido na avaliação do desempenho duas menções qualitativas de *Muito Bom* ou *Excelente*;
- b*) Nos anos civis de 2013 e 2014, desde que possuam no índice pelo menos seis anos de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e tenham obtido nos três ciclos da avaliação do desempenho pelo menos uma menção qualitativa de *Muito Bom* e nenhuma inferior a *Bom*;
- c*) A partir do ano de 2015 **aplicam-se** as regras gerais de progressão.

Artigo 11.º

Garantia durante o período transitório

1 – Da transição entre a estrutura da carreira regulada pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, e a estrutura da carreira definida **no presente decreto-lei não podem ocorrer** ultrapassagens de posicionamento nos escalões da carreira por docentes que, no momento da entrada em vigor do presente decreto-lei, tivessem menos tempo de serviço nos escalões.

2 - Enquanto se mantiverem docentes no regime previsto nos n.ºs 1, 2, 5 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, os docentes que forem contratados ou integrados na carreira são remunerados por índice igual ao dos docentes abrangidos por aquele artigo com igual tempo de serviço docente e qualificação profissional, aplicando-se as regras de reposicionamento salarial previstas naquelas disposições.

Artigo 12.º

Normas transitórias sobre avaliação do desempenho

1 - A avaliação de desempenho atribuída até ao final do ano civil de 2011 corresponde ao ciclo de avaliação de 2009-2011, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente.

2 - É garantido aos docentes a quem, no ano escolar de 2008-2009 ou no final do ciclo de avaliação do desempenho de 2007-2009, tenham sido atribuídas as menções qualitativas de *Regular* ou *Insuficiente*, o condicionamento dos efeitos da atribuição dessas menções ao resultado de nova avaliação do desempenho a realizar no ano escolar de 2009-2010.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, aplicam-se as regras previstas nos n.ºs 2 e 4 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2008, de 23 de Maio e o regime transitório de avaliação previsto no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5 de Janeiro.

4 - São dispensados da avaliação do desempenho, mediante requerimento nesse sentido dirigido ao director, os docentes que até ao final do ano escolar de 2010-2011 estejam em condições de reunir os requisitos legais para aposentação ou requeiram, nos termos legais, a aposentação antecipada.

Artigo 13.º

Fim de período de transição

1 - O período de transição previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, termina no dia 31 de Dezembro de 2010, após o qual os docentes ainda abrangidos directamente por essa norma ou que se encontrem igualmente a vencer pelo índice 151 em virtude do regime que decorre do artigo 14.º do mesmo diploma, transitam ao primeiro escalão da carreira, índice 167.

2 - Excepciona-se do disposto no número anterior os docentes que não cumpram o requisito de avaliação do desempenho previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de

Janeiro, aos quais, para efeito de transição ao índice 167, se aplica o disposto no n.º 6 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente.

Artigo 14.º

Salvaguarda da redução da componente lectiva

Até à completa transição entre o regime de redução da componente lectiva previsto na redacção anterior ao Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, e o mesmo regime que resulta da redacção deste decreto-lei, incluindo o previsto para os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, continua aplicar-se o disposto no seu artigo 18.º

Artigo 15.º

Docentes do Ensino Português no Estrangeiro

1 - Os docentes que exerceram funções no Ensino Português no Estrangeiro entre a data da entrada em vigor do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, e a data da entrada em vigor da alteração a este regime aprovada pelo Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de Julho, podem, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 36.º do Estatuto da Carreira Docente, solicitar a avaliação do seu desempenho a efectuar de acordo com as seguintes regras:

- a) O docente entrega um documento de auto-avaliação referente ao concreto tempo de serviço em avaliação;
- b) A avaliação do desempenho é efectuada pelo respectivo Coordenador do Ensino Português no Estrangeiro.

2 – As regras de elaboração do documento de auto-avaliação, os documentos que devem constar em anexo, bem como as regras a que deve obedecer a avaliação constam do decreto regulamentar a que se refere o n.º 4 do artigo 40.º do ECD.

3 – O decreto regulamentar a que se refere o número anterior regula ainda **o procedimento de avaliação** nos casos em que o Coordenador do Ensino Português no Estrangeiro não tenha tido contacto funcional com o avaliado.

Artigo 16.º

Agentes da cooperação

O regime de avaliação do desempenho em funções docentes dos agentes de cooperação, cujo estatuto jurídico é estabelecido pela Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril, é definido por

portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, finanças, administração pública e educação.

Artigo 17.º

Disposições finais

- 1 – O Conselho Científico para a Avaliação de Professores elabora os termos de referência para o desenvolvimento de um Programa de Formação Especializada em Avaliação.
- 2 – O programa de avaliação externa das escolas aprecia, a partir do início do próximo ciclo de avaliação externa, a execução do processo de avaliação do desempenho.
- 3 – O Ministério da Educação garante, a nível central, o apoio técnico e o aconselhamento necessário à boa execução do processo de avaliação, através da existência de um Gabinete de Apoio à Avaliação.
- 4 – O modelo de avaliação do desempenho aprovado pelo presente decreto-lei será sujeito, no final do seu primeiro ciclo de aplicação, a uma avaliação e a eventuais alterações que a experiência vier a revelar necessárias tendo em vista o seu aperfeiçoamento.
- 5 – O fim do prazo previsto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, é fixado em 31 de Dezembro de 2010 e é unicamente aplicável aos docentes que estivessem matriculados e inscritos no programa de formação de ciências da educação em 1 de Janeiro de 2010.**

Artigo 18.º

Extensão

As disposições constantes do presente decreto-lei são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, aos educadores de infância ainda integrados no **mapa** único dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.

Artigo 19.º

Alterações sistemáticas

O capítulo IV, o **capítulo V**, o **capítulo VI**, o subcapítulo II do capítulo VII e o **subcapítulo II do capítulo IX** do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, passam a denominar-se, respectivamente, «Recrutamento e selecção», «**Mapas de pessoal docente**», «**Regime de vinculação**», «Condições de progressão na carreira» e «**Exercício de funções docentes por outros trabalhadores**».

Artigo 20.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) **A alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, o n.º 3 do artigo 26.º, o artigo 27.º, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, o artigo 30.º, o artigo 32.º, o n.º 5 do artigo 40.º, o n.º 7 do artigo 42.º, o n.º 7 do artigo 43.º, o artigo 44.º, os n.ºs 1 e 5 a 8 do artigo 46.º, o n.º 5 do artigo 64.º, o artigo 65.º, o artigo 66.º, o artigo 69.º, o n.º 4 do artigo 94.º, o n.º 3 do artigo 116.º e o artigo 129.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;**
- b) O Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro;
- c) O artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 27/2009, de 6 de Outubro.

Artigo 21.º

Republicação

É republicado, **em anexo ao presente decreto-lei**, do qual faz parte integrante, o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com a redacção actual.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

ANEXO

ESTATUTO DA CARREIRA DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA E DOS PROFESSORES DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 - O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, adiante designado por Estatuto, aplica-se aos docentes, qualquer que seja o nível, ciclo de ensino, grupo de recrutamento ou área de formação, que exerçam funções nas diversas modalidades do sistema de educação e ensino não superior, e no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação.

2 - O presente Estatuto é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios.

3 - O pessoal docente em exercício de funções nas escolas públicas portuguesas no estrangeiro, no ensino português no estrangeiro, a prestar serviço em Macau ou em regime de cooperação nos países africanos de língua oficial portuguesa ou outros rege-se por normas próprias.

Artigo 2.º

Pessoal docente

Para efeitos de aplicação do presente Estatuto, considera-se pessoal docente aquele que é portador de qualificação profissional para o desempenho de funções de educação ou de ensino, com carácter permanente, sequencial e sistemático, ou a título temporário, após aprovação em prova de avaliação de competências e conhecimentos.

Artigo 3.º

Princípios fundamentais

A actividade do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa e no quadro dos princípios gerais e específicos constantes dos artigos 2.º e 3.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

CAPÍTULO II

Direitos e deveres

SECÇÃO I

Direitos

Artigo 4.º

Direitos profissionais

1 - São garantidos ao pessoal docente os direitos estabelecidos para os trabalhadores em funções públicas, bem como os direitos profissionais decorrentes do presente Estatuto.

2 - São direitos profissionais específicos do pessoal docente:

- a)* Direito de participação no processo educativo;
- b)* Direito à formação e informação para o exercício da função educativa;
- c)* Direito ao apoio técnico, material e documental;
- d)* Direito à segurança na actividade profissional;
- e)* Direito à consideração e ao reconhecimento da sua autoridade pelos alunos, suas famílias e demais membros da comunidade educativa;
- f)* Direito à colaboração das famílias e da comunidade educativa no processo de educação dos alunos;
- g)* Direito à negociação colectiva nos termos legalmente estabelecidos.

Artigo 5.º

Direito de participação no processo educativo

1 - O direito de participação exerce-se no quadro do sistema educativo, da escola e da relação com a comunidade.

2 - O direito de participação, que pode ser exercido a título individual ou colectivo, nomeadamente através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, compreende:

- a) O direito a emitir opiniões e recomendações sobre as orientações e o funcionamento do estabelecimento de ensino e do sistema educativo;
- b) O direito a participar na definição das orientações pedagógicas ao nível do estabelecimento de ensino ou das suas estruturas de coordenação;
- c) O direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados, no respeito pelo currículo nacional, pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor;
- d) O direito a propor inovações e a participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação;
- e) O direito de eleger e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares dos estabelecimentos de educação ou de ensino, nos casos em que a legislação sobre a sua gestão e administração o preveja.

3 - O direito de participação pode ainda ser exercido, através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, em órgãos que, no âmbito nacional, regional autónomo ou regional, prevejam a representação do pessoal docente.

Artigo 6.º

Direito à formação e informação para o exercício da função educativa

1 - O direito à formação e informação para o exercício da função educativa é garantido:

- a) Pelo acesso a acções de formação contínua regulares, destinadas a actualizar e aprofundar os conhecimentos e as competências profissionais dos docentes;
- b) Pelo apoio à autoformação dos docentes, de acordo com os respectivos planos individuais de formação.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o direito à formação e informação para o exercício da função educativa pode também visar objectivos de mobilidade e progressão na carreira.

Artigo 7.º

Direito ao apoio técnico, material e documental

O direito ao apoio técnico, material e documental exerce-se sobre os recursos necessários à formação e informação do pessoal docente, bem como ao exercício da actividade educativa.

Artigo 8.º

Direito à segurança na actividade profissional

1 - O direito à segurança na actividade profissional compreende:

- a) A prevenção e redução dos riscos profissionais, individuais e colectivos, através da adopção de programas específicos dirigidos à melhoria do ambiente de trabalho e promoção das condições de higiene, saúde e segurança do posto de trabalho;
- b) A prevenção e tratamento das doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos Ministros da Educação e da Saúde, como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função docente.

2 - O direito à segurança na actividade profissional compreende ainda a penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o docente no exercício das suas funções ou por causa destas.

Artigo 9.º

Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa

1 - O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções.

2 - O direito à colaboração das famílias e dos demais membros da comunidade educativa compreende o direito a receber o seu apoio e cooperação activa, no quadro da partilha entre todos da responsabilidade pelo desenvolvimento e pelos resultados da aprendizagem dos alunos.

SECÇÃO II

Deveres

Artigo 10.º

Deveres gerais

1 - O pessoal docente está obrigado ao cumprimento dos deveres estabelecidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.

2 - O pessoal docente, no exercício das funções que lhe estão atribuídas nos termos do presente Estatuto, está ainda obrigado ao cumprimento dos seguintes deveres profissionais:

- a) Orientar o exercício das suas funções pelos princípios do rigor, da isenção, da justiça e da equidade;

- b)* Orientar o exercício das suas funções por critérios de qualidade, procurando o seu permanente aperfeiçoamento e tendo como objectivo a excelência;
- c)* Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação de laços de cooperação e o desenvolvimento de relações de respeito e reconhecimento mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
- d)* Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal e profissional e de aperfeiçoamento do seu desempenho;
- e)* Participar de forma empenhada nas várias modalidades de formação que frequente, designadamente nas promovidas pela Administração, e usar as competências adquiridas na sua prática profissional;
- f)* Zelar pela qualidade e pelo enriquecimento dos recursos didáctico-pedagógicos utilizados, numa perspectiva de abertura à inovação;
- g)* Desenvolver a reflexão sobre a sua prática pedagógica, proceder à auto-avaliação e participar nas actividades de avaliação da escola;
- h)* Conhecer, respeitar e cumprir as disposições normativas sobre educação, cooperando com a administração educativa na prossecução dos objectivos decorrentes da política educativa, no interesse dos alunos e da sociedade.

Artigo 10.º-A

Deveres para com os alunos

Constituem deveres específicos dos docentes relativamente aos seus alunos:

- a)* Respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais dos alunos valorizando os diferentes saberes e culturas, prevenindo processos de exclusão e discriminação;
- b)* Promover a formação e realização integral dos alunos, estimulando o desenvolvimento das suas capacidades, a sua autonomia e criatividade;
- c)* Promover o desenvolvimento do rendimento escolar dos alunos e a qualidade das aprendizagens, de acordo com os respectivos programas curriculares e atendendo à diversidade dos seus conhecimentos e aptidões;

- d)* Organizar e gerir o processo ensino-aprendizagem, adoptando estratégias de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
- e)* Assegurar o cumprimento integral das actividades lectivas correspondentes às exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares em vigor;
- f)* Adequar os instrumentos de avaliação às exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares e adoptar critérios de rigor, isenção e objectividade na sua correcção e classificação;
- g)* Manter a disciplina e exercer a autoridade pedagógica com rigor, equidade e isenção;
- h)* Cooperar na promoção do bem-estar dos alunos, protegendo-os de situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar;
- i)* Colaborar na prevenção e detecção de situações de risco social, se necessário participando-as às entidades competentes;
- j)* Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias.

Artigo 10.º-B

Deveres para com a escola e os outros docentes

Constituem deveres específicos dos docentes para com a escola e outros docentes:

- a)* Colaborar na organização da escola, cooperando com os órgãos de direcção executiva e as estruturas de gestão pedagógica e com o restante pessoal docente e não docente tendo em vista o seu bom funcionamento;
- b)* Cumprir os regulamentos, desenvolver e executar os projectos educativos e planos de actividades e observar as orientações dos órgãos de direcção executiva e das estruturas de gestão pedagógica da escola;
- c)* Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoramento e remodelação;
- d)* Promover o bom relacionamento e a cooperação entre todos os docentes, dando especial atenção aos que se encontram em início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;

- e) Partilhar com os outros docentes a informação, os recursos didáticos e os métodos pedagógicos, no sentido de difundir as boas práticas e de aconselhar aqueles que se encontrem no início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;
- f) Reflectir, nas várias estruturas pedagógicas, sobre o trabalho realizado individual e colectivamente, tendo em vista melhorar as práticas e contribuir para o sucesso educativo dos alunos;
- g) Cooperar com os outros docentes na avaliação do seu desempenho;
- h) Defender e promover o bem-estar de todos os docentes, protegendo-os de quaisquer situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar.

Artigo 10.º-C

Deveres para com os pais e encarregados de educação

Constituem deveres específicos dos docentes para com os pais e encarregados de educação dos alunos:

- a) Respeitar a autoridade legal dos pais ou encarregados de educação e estabelecer com eles uma relação de diálogo e cooperação, no quadro da partilha da responsabilidade pela educação e formação integral dos alunos;
- b) Promover a participação activa dos pais ou encarregados de educação na educação escolar dos alunos, no sentido de garantir a sua efectiva colaboração no processo de aprendizagem;
- c) Incentivar a participação dos pais ou encarregados de educação na actividade da escola, no sentido de criar condições para a integração bem sucedida de todos os alunos;
- d) Facultar regularmente aos pais ou encarregados de educação a informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e o percurso escolar dos filhos, bem como sobre quaisquer outros elementos relevantes para a sua educação;
- e) Participar na promoção de acções específicas de formação ou informação para os pais ou encarregados de educação que fomentem o seu envolvimento na escola com vista à prestação de um apoio adequado aos alunos.

CAPÍTULO III

Formação

Artigo 11.º

Formação do pessoal docente

1 - A formação do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios gerais constantes do artigo 33.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, competindo ao membro do Governo responsável pela área da educação o respectivo planeamento, coordenação e avaliação global.

2 - A formação de pessoal docente é regulamentada em diploma próprio, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

Artigo 12.º

Modalidades da formação

A formação do pessoal docente compreende a formação inicial, a formação especializada e a formação contínua, previstas, respectivamente, nos artigos 34.º, 36.º e 38.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 13.º

Formação inicial

1 - A formação inicial dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário é a que confere habilitação profissional para a docência no respectivo nível de educação ou de ensino.

2 - A formação inicial visa dotar os candidatos à profissão das competências e conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos de base para o desempenho profissional da prática docente nas seguintes dimensões:

- a) Profissional, social e ética;
- b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
- d) Desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Artigo 14.º

Formação especializada

A formação especializada visa a qualificação dos docentes para o desempenho de funções ou actividades educativas especializadas e é ministrada nas instituições de formação a que se refere o n.º 2 do artigo 36.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 15.º

Formação contínua

1 - A formação contínua destina-se a assegurar a actualização, o aperfeiçoamento e o apoio à actividade profissional do pessoal docente, visando ainda objectivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade nos termos do presente Estatuto.

2 - A formação contínua deve ser planeada de forma a promover o desenvolvimento das competências profissionais do docente.

Artigo 16.º

Acções de formação contínua

1 - A formação contínua é realizada de acordo com os planos de formação elaborados pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em consideração o diagnóstico das necessidades de formação dos respectivos docentes.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve ainda ser considerada na frequência das acções de formação contínua a formação de iniciativa individual do docente que contribua para o seu desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO IV

Recrutamento e selecção

Artigo 17.º

Princípios gerais

O recrutamento para a carreira docente processa-se através de procedimento concursal, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do presente Estatuto.

Artigo 18.º

(Revogado.)

Artigo 19.º

(Revogado.)

Artigo 20.º

(Revogado.)

Artigo 21.º

(Revogado.)

Artigo 22.º

Requisitos gerais e específicos

1 - São requisitos gerais de recrutamento:

- a) [Declarado inconstitucional, com força obrigatória geral, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 345/2002, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 234, de 10 de Outubro de 2002;]
- b) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigidas para a docência no nível de ensino e grupo de recrutamento a que se candidatam;
- c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Possuir robustez física, perfil psíquico, características de personalidade e idoneidade indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- f) Obter aprovação em prova de avaliação de competências e conhecimentos.

2 - Constitui requisito físico necessário ao exercício da função docente a ausência, comprovada por adequado atestado médico, de quaisquer lesões ou enfermidades que impossibilitem o exercício da docência ou sejam susceptíveis de ser agravadas pelo desempenho de funções docentes.

3 - A existência de deficiência física não é impedimento ao exercício de funções docentes se e enquanto for compatível com os requisitos exigíveis para o exercício de funções no grupo de recrutamento do candidato ou do docente, nos termos de adequado atestado médico.

4 - Constitui requisito psíquico e características de personalidade e idoneidade necessárias ao exercício da função docente:

- a) A ausência de características de personalidade ou de situações anómalas ou patológicas de natureza neuropsiquiátrica que ponham em risco a relação com os alunos, impeçam ou dificultem o exercício da docência ou sejam susceptíveis de ser agravadas pelo desempenho de funções docentes;
- b) A ausência de características de idoneidade que ponham em causa os direitos das crianças e as suas medidas de protecção previstos nos instrumentos jurídicos internacionais e na legislação nacional.

- 5 - A verificação dos requisitos físicos, psíquicos e das características de idoneidade exigida ao exercício da função docente e da inexistência de alcoolismo ou de toxicodependências de qualquer natureza é realizada nos termos da lei geral, nomeadamente do previsto na Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro.
- 6 - A existência de alcoolismo ou de toxicodependências, comprovadas nos termos do número anterior, constitui motivo impeditivo do exercício da função docente pelo período de dois anos.
- 7 - A aprovação na prova prevista na alínea *f*) do n.º 1 constitui requisito exigível aos candidatos a procedimento concursal de selecção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que ainda não tenham integrado a carreira.
- 8 - A prova a que se refere o número anterior visa verificar o domínio de competências fundamentais para o exercício da função docente.
- 9 - A prova de avaliação de competências e conhecimentos tem obrigatoriamente uma componente comum a todos os candidatos que visa avaliar a sua capacidade de mobilizar o raciocínio lógico e crítico, bem como a preparação para resolver problemas em domínios não disciplinares, podendo ainda ter uma componente específica relativa à área disciplinar ou nível de ensino dos candidatos.
- 10 - As condições de candidatura, de realização e avaliação da prova constam da portaria prevista no artigo 24.º

Artigo 23.º

Verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos

- 1 - A verificação de alteração dos requisitos físicos e psíquicos necessários ao exercício da função docente e da existência de alcoolismo ou de toxicodependências de qualquer natureza é realizada pela junta médica regional do Ministério da Educação, mediante solicitação do órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- 2 - [Revogado]
- 3 - [Revogado]
- 4 - Para verificação das condições de saúde e de trabalho do pessoal docente realizam-se acções periódicas de rastreio, nos termos da legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.

Artigo 24.º

Regulamentação do procedimento concursal

A tramitação do procedimento concursal para o exercício de funções docentes é regulamentada através de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo assegurada a negociação colectiva nos termos da lei em vigor.

CAPÍTULO V

Mapas de pessoal docente

Artigo 25.º

Estrutura

1 - Os mapas de pessoal docente dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos estruturam-se em:

- a) Mapas de agrupamento de escolas;
- b) Mapas de escola não agrupada;
- c) [revogado]

2 – Os mapas de pessoal docente dos estabelecimentos de educação e ensino abrangidos pelo presente Estatuto fixam dotações para a carreira docente, discriminadas por nível ou ciclo de ensino e grupo de recrutamento, consoante o caso, de modo a conferir maior flexibilidade à gestão dos recursos humanos da docência disponíveis.

3 - As referências feitas no presente Estatuto a escolas ou a estabelecimentos de educação ou de ensino reportam-se ao agrupamento de escolas ou a escolas não agrupadas, consoante o caso, salvo referência em contrário.

Artigo 26.º

Mapas de agrupamento e mapas de escola não agrupada

1 - Os mapas de agrupamento de escolas, bem como os mapas das escolas não agrupadas, destinam-se a satisfazer as necessidades permanentes dos respectivos estabelecimentos de educação ou de ensino.

2 – A dotação de postos de trabalho dos mapas de agrupamento de escolas ou dos mapas de escola não agrupada, discriminada por ciclo ou nível de ensino e grupo de recrutamento, é fixada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e da educação.

3 – [revogado]

Artigo 27.º

(revogado)

Artigo 28.º

Ajustamento dos mapas

A revisão dos mapas de pessoal docente é feita por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação ou por portaria apenas deste último, consoante dessa alteração resulte ou não aumento dos valores totais globais.

CAPÍTULO VI

Regime de vinculação

Artigo 29.º

Modalidade de vinculação

O exercício de funções integrado na carreira docente é efectuado na modalidade prevista na lei geral.

Artigo 30.º

(revogado)

Artigo 31.º

Período probatório

1 - O período probatório destina-se a verificar a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível, tem a duração mínima de um ano escolar e é cumprido no estabelecimento de educação ou de ensino onde aquele exerce a sua actividade docente.

2 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 9 a 11, o período probatório corresponde ao primeiro ano escolar no exercício efectivo de funções docentes.

3 - A requerimento do docente, o período probatório pode ser realizado no primeiro ano de exercício de funções docentes e antes do ingresso na carreira, desde que, cumulativamente:

- a) O docente tenha sido recrutado em procedimento concursal sem prévia relação jurídica de emprego pública ou para a satisfação de necessidades transitórias e antes do início do ano lectivo;
- b) O exercício de funções docentes abranja o ano lectivo completo;
- c) O seu horário seja igual ou superior a 20 horas semanais.

4 – Durante o período probatório o professor é acompanhado e apoiado, no plano didáctico, pedagógico e científico por um docente posicionado no 4.º escalão ou superior, sempre que possível, do mesmo grupo de recrutamento, a quem tenha sido atribuída menção qualitativa igual ou superior a *Bom* na última avaliação do desempenho, a designar pelo coordenador do departamento curricular ou do conselho de docentes respectivo, que:

- a) Seja detentor, preferencialmente, de formação especializada na área de organização educacional e desenvolvimento curricular, supervisão pedagógica e formação de formadores;
- b) Esteja, sempre que possível, posicionado nos dois últimos escalões da carreira e tenha optado pela especialização funcional correspondente.

5 - Compete ao docente a que se refere o número anterior:

- a) Apoiar a elaboração e acompanhar a execução de um plano individual de trabalho para o docente em período probatório que verse as componentes científica, pedagógica e didáctica;
- b) Apoiar o docente em período probatório na preparação e planeamento das aulas, bem como na reflexão sobre a respectiva prática pedagógica, ajudando-o na sua melhoria;
- c) Avaliar o trabalho individual desenvolvido;
- d) Elaborar relatório da actividade desenvolvida, incluindo os dados da observação de aulas obrigatoriamente realizada;
- e) Participar no processo de avaliação do desempenho do docente em período probatório.

6 - O docente em período probatório fica impossibilitado de acumular outras funções, públicas ou privadas.

7 - A componente não lectiva de estabelecimento neste período fica adstrita, enquanto necessário, à frequência de acções de formação, assistência a aulas de outros professores ou realização de trabalhos de grupo indicadas pelo professor de acompanhamento e apoio.

8 - A avaliação do desempenho do docente em período probatório é objecto de regulamentação, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 40.º

9 - O período probatório é suspenso sempre que o docente se encontre em situação de ausências ao serviço legalmente equiparadas a prestação de trabalho efectivo por um período superior a seis semanas consecutivas ou interpoladas, sem prejuízo da manutenção dos direitos e regalias inerentes à continuidade do vínculo laboral.

10 - Finda a situação que determinou a suspensão prevista no número anterior, o docente retoma ou inicia, consoante o caso, o exercício efectivo das suas funções, tendo de completar o período probatório em falta.

11 - Para além dos motivos referidos no n.º 9, o período probatório do docente que faltar justificadamente por um período correspondente a 20 dias de actividade lectiva é repetido no ano escolar seguinte.

12 - Concluído o período probatório com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* o seu termo é formalmente assinalado por acto escrito da entidade competente para a celebração do contrato.

13 - Se o docente obtiver avaliação do desempenho de *Regular* é facultada a oportunidade de repetir o período probatório, sem interrupção funcional, devendo desenvolver o projecto individual de formação e a acção pedagógica que lhe forem indicados, em termos idênticos aos previstos no n.º 5 do artigo 48.º

14 - Se o docente obtiver avaliação do desempenho de *Insuficiente*, no termo do período probatório a relação jurídica de emprego pública cessa, sem direito a indemnização.

15 - A atribuição da menção qualitativa de *Insuficiente* implica a impossibilidade de o docente se candidatar, a qualquer título, à docência no próprio ano ou no ano escolar seguinte.

16 - O tempo de serviço prestado pelo docente em período probatório é contado para efeitos de progressão na carreira docente, desde que classificado com menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.

Artigo 32.º

(revogado)

Artigo 33.º

Contrato a termo resolutivo

1 - O exercício transitório de funções docentes pode ser assegurado por indivíduos que preencham os requisitos de recrutamento, em regime de contrato a termo resolutivo, tendo em vista a satisfação de necessidades residuais do sistema educativo não colmatadas pelo pessoal docente de carreira que sobrevenham até ao final do primeiro período lectivo.

2 - O regime de contrato previsto no número anterior pode ainda ser utilizado para o exercício temporário de funções docentes para além do final do primeiro período lectivo ou de formação em áreas técnicas específicas.

3 – As regras a que obedece a contratação de pessoal docente ao abrigo dos números anteriores são fixadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

CAPÍTULO VII

Carreira docente

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 34.º

Natureza e estrutura da carreira docente

- 1 – O pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, integra, nos termos da lei geral, uma carreira especial.
- 2 – A carreira docente é uma carreira unicategorial.
- 3 – A carreira docente desenvolve-se nos escalões e índices que constam do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 4 – A identificação da categoria e grau de complexidade funcional consta do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

Artigo 35.º

Conteúdo funcional

- 1 - As funções do pessoal docente são exercidas com responsabilidade profissional e autonomia técnica e científica, sem prejuízo do número seguinte.
- 2 - O docente desenvolve a sua actividade profissional de acordo com as orientações de política educativa e observando as exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares em vigor, bem como do projecto educativo da escola.
- 3 - São funções do pessoal docente em geral:
 - a) Leccionar as disciplinas, matérias e cursos para que se encontra habilitado de acordo com as necessidades educativas dos alunos que lhe estejam confiados e no cumprimento do serviço docente que lhe seja atribuído;
 - b) Planear, organizar e preparar as actividades lectivas dirigidas à turma ou grupo de alunos nas áreas disciplinares ou matérias que lhe sejam distribuídas;
 - c) Conceber, aplicar, corrigir e classificar os instrumentos de avaliação das aprendizagens e participar no serviço de exames e reuniões de avaliação;

- d)* Elaborar recursos e materiais didáctico-pedagógicos e participar na respectiva avaliação;
- e)* Promover, organizar e participar em todas as actividades complementares, curriculares e extracurriculares, incluídas no plano de actividades ou projecto educativo da escola, dentro e fora do recinto escolar;
- f)* Organizar, assegurar e acompanhar as actividades de enriquecimento curricular dos alunos;
- g)* Assegurar as actividades de apoio educativo, executar os planos de acompanhamento de alunos determinados pela administração educativa e cooperar na detecção e acompanhamento de dificuldades de aprendizagem;
- h)* Acompanhar e orientar as aprendizagens dos alunos, em colaboração com os respectivos pais e encarregados de educação;
- i)* Facultar orientação e aconselhamento em matéria educativa, social e profissional dos alunos, em colaboração com os serviços especializados de orientação educativa;
- j)* Participar nas actividades de avaliação da escola;
- l)* Orientar a prática pedagógica supervisionada a nível da escola;
- m)* Participar em actividades de investigação, inovação e experimentação científica e pedagógica;
- n)* Organizar e participar, como formando ou formador, em acções de formação contínua e especializada;
- o)* Desempenhar as actividades de coordenação administrativa e pedagógica que não sejam exclusivas dos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior.

4 – As funções de coordenação, orientação, supervisão pedagógica e avaliação do desempenho são reservadas aos docentes posicionados no 4.º escalão ou superior, detentores, preferencialmente, de formação especializada.

5 – Em casos excepcionais devidamente fundamentados, os docentes posicionados no 3.º escalão podem exercer as funções referidas no número anterior desde que detentores de formação especializada.

6- Os docentes dos dois últimos escalões da carreira, desde que detentores de formação especializada, podem candidatar-se, com possibilidade de renúncia a produzir efeitos no termo de cada ano escolar, a uma especialização funcional para o exercício exclusivo ou predominante das funções de supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, avaliação do

desempenho e administração escolar, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

7 – As funções previstas no n.º 4 são atribuídas prioritariamente aos docentes referidos no número anterior.

Artigo 36.º

Ingresso

1 – O ingresso na carreira docente faz-se mediante procedimento concursal de entre os docentes que satisfaçam os requisitos de recrutamento a que se refere o artigo 22.º.

2 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o ingresso na carreira faz-se no 1º escalão.

3 – O ingresso na carreira dos docentes portadores de habilitação profissional adequada faz-se no escalão da categoria de professor correspondente ao tempo de serviço prestado em funções docentes e classificado com a menção qualitativa mínima de *Bom*, independentemente do título jurídico da relação de trabalho subordinado, de acordo com os critérios gerais de progressão.

4 – Os critérios de posicionamento na carreira decorrentes do ingresso a que se refere o número anterior são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

Artigo 37.º

Progressão

1 – A progressão na carreira docente consiste na alteração do índice remuneratório através da mudança de escalão.

2 – O reconhecimento do direito à progressão ao escalão seguinte depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Da permanência de um período mínimo de serviço docente efectivo no escalão imediatamente anterior;
- b) Da atribuição, nas duas últimas avaliações do desempenho, de menções qualitativas não inferiores a *Bom*;
- c) Frequência, com aproveitamento, de módulos de formação contínua que correspondam, na média do número de anos de permanência no escalão, a 25 horas anuais, ou, em alternativa, de cursos de formação especializada.

3 – A progressão aos 3.º, 5.º e 7.º escalões depende, além dos requisitos previstos no número anterior, do seguinte:

- a) Observação de aulas, no caso da progressão aos 3.º e 5.º escalões;
- b) Obtenção de vaga, no caso da progressão aos 5.º e 7.º escalões.

4 – Os módulos de tempo de serviço docente nos escalões têm a duração de quatro anos, com excepção do tempo de serviço no 5.º escalão que tem a duração de dois anos.

5 - Excepciona-se do disposto na alínea *b)* do n.º 2 o número de menções qualitativas de avaliação do desempenho obtidas no 5.º escalão, para o qual é só exigida uma menção qualitativa mínima de *Bom*.

6 - Para os efeitos previstos neste artigo, a obtenção de menção qualitativa inferior a Bom no período em avaliação, determina o acréscimo de idêntico período com avaliação qualitativa mínima de Bom ou superior.

7 – A progressão aos 5.º e 7.º escalões, nos termos referidos na alínea *b)* do n.º 3, processa-se anualmente e havendo lugar à adição de um factor de compensação por cada ano suplementar de permanência nos 4.º ou 6.º escalões aos docentes que não obtiverem vaga, em termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e da educação.

8 – A progressão ao escalão seguinte opera-se nos seguintes momentos:

- a) A progressão aos 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 10.º escalões opera-se na data em que o docente perfaz o tempo de serviço no escalão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do primeiro dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data;
- b) A progressão aos 5.º e 7.º escalões opera-se na data em que o docente obteve vaga para progressão, desde que tenha cumprido os requisitos de avaliação do desempenho, incluindo observação de aulas quando obrigatório e formação contínua previstos nos números anteriores, sendo devido o direito à remuneração correspondente ao novo escalão a partir do primeiro dia do mês subsequente a esse momento e reportado também a essa data.

9 – A listagem dos docentes que progrediram de escalão é afixada semestralmente nos estabelecimentos de educação ou de ensino.

Artigo 38.º

Equiparação a serviço docente efectivo

É equiparado a serviço efectivo em funções docentes todo aquele que for prestado pelo pessoal docente em cargo ou função cujo regime legal preveja a salvaguarda na carreira de origem do direito à contagem do tempo de serviço prestado.

SUBCAPÍTULO II

Condições de progressão na carreira

Artigo 39.º

Exercício de funções não docentes

Na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira, são considerados os períodos referentes a mobilidade interna, cedência de interesse público e comissão de serviço no exercício de funções não docentes que revistam natureza técnico-pedagógica, desde que não excedam dois anos do módulo de tempo de serviço que for necessário para os referidos efeitos com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* durante o referido período.

2 – Os períodos referentes a mobilidade interna, cedência de interesse público e comissão de serviço no exercício de funções que revistam natureza técnico-pedagógica e que excedam o limite considerado no número anterior relevam na contagem do tempo de serviço docente efectivo para efeitos de progressão na carreira se o docente obtiver na primeira avaliação do desempenho posterior ao regresso ao serviço docente efectivo menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.

3 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por funções de natureza técnico-pedagógica as que, pela sua especialização, especificidade ou especial relação com o sistema de educação e ensino, requerem, como condição para o respectivo exercício, as qualificações e exigências de formação próprias do pessoal docente.

4 - Por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação são fixadas as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.

5 - O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de legislação própria que salvaguarde o direito à estabilidade no emprego de origem bem como à promoção e progressão na carreira pelo exercício de determinados cargos ou funções.

Artigo 40.º

Caracterização e objectivos da avaliação do desempenho

1 - A avaliação do desempenho do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios consagrados no artigo 39.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e no respeito pelos princípios e objectivos que enformam o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública, incidindo sobre a actividade desenvolvida e tendo em conta as qualificações profissionais, pedagógicas e científicas do docente.

2 - A avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos e proporcionar orientações para o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência.

3 - Constituem ainda objectivos da avaliação do desempenho:

- a) Contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente;
- b) Contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente;
- c) Identificar as necessidades de formação do pessoal docente;
- d) Detectar os factores que influenciam o rendimento profissional do pessoal docente;
- e) Diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente;
- f) Facultar indicadores de gestão em matéria de pessoal docente;
- g) Promover o trabalho de cooperação entre os docentes tendo em vista a melhoria do seu desempenho;
- h) Promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente;
- i) Promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional.

4 - A regulamentação do sistema de avaliação do desempenho estabelecido no presente Estatuto é definida por decreto regulamentar.

5 - [revogado]

6 - Os docentes que exerçam cargos ou funções cujo enquadramento normativo ou estatuto salvaguarde o direito de progressão na carreira de origem e não tenham funções lectivas distribuídas podem optar, para efeitos do artigo 37.º, por uma das seguintes classificações:

- a) A menção qualitativa que lhe tiver sido atribuída na última avaliação do desempenho em exercício efectivo de funções docentes;

b) A primeira avaliação do desempenho que lhe for atribuída após o regresso ao serviço docente efectivo.

7 - Podem ainda beneficiar da opção prevista no número anterior os docentes que permaneçam em situação de ausência ao serviço equiparada a prestação efectiva de trabalho que inviabilize a verificação do requisito de tempo mínimo para avaliação do desempenho.

8 – Em caso de opção pela avaliação a que se refere a alínea *b)* do n.º 6, a progressão opera para o escalão correspondente ao tempo de serviço prestado, de acordo com os critérios fixados no artigo 37.º.

9 - Na falta da avaliação do desempenho prevista na alínea *a)* do n.º 6, por o docente pretender a sua alteração ou para efeitos de progressão ao 5.º ou 7.º escalões, pode solicitar a avaliação através de ponderação curricular, nos termos definidos no despacho normativo previsto no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as adaptações constantes do decreto regulamentar previsto no n.º 4.

Artigo 41.º

Relevância

A avaliação do desempenho é obrigatoriamente considerada para efeitos de:

- a)* Progressão na carreira;
- b)* Termo do período probatório;
- c)* Renovação do contrato;
- d)* Atribuição do prémio de desempenho.

Artigo 42.º

Âmbito e periodicidade

1 - A avaliação realiza-se segundo critérios previamente definidos que permitam aferir os padrões de qualidade do desempenho profissional, tendo em consideração o contexto sócio-educativo em que se desenvolve a sua actividade.

2 - A avaliação do desempenho concretiza-se nas seguintes dimensões:

- a)* Vertente profissional, social e ética;
- b)* Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- c)* Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
- d)* Desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.

3 – A avaliação do desempenho dos docentes realiza-se no final de cada período de dois anos lectivos e reporta-se ao tempo de serviço nele prestado.

4 – Os docentes só são sujeitos a avaliação do desempenho desde que tenham prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, metade do período em avaliação a que se refere o número anterior.

5 – A avaliação dos docentes em período probatório é feita no final do mesmo e reporta-se à actividade desenvolvida no seu decurso.

6 – A avaliação do pessoal docente contratado realiza-se no final do período de vigência do respectivo contrato e antes da sua eventual renovação, desde que tenha prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, seis meses.

7 – [revogado]

Artigo 43.º

Intervenientes no processo de avaliação do desempenho

1 - Intervêm no processo de avaliação do desempenho:

- a) O avaliado;
- b) O Júri de Avaliação;
- c) A comissão de coordenação da avaliação do desempenho.

2 – Ao Júri de Avaliação cabe, para além da atribuição da avaliação do desempenho dos docentes, a faculdade de emitir recomendações destinadas à melhoria da prática pedagógica e à qualificação do desempenho profissional.

3 – Compete à comissão de coordenação da avaliação do desempenho:

- a) Garantir o rigor do sistema de avaliação, designadamente através da emissão de directivas para a sua aplicação;
- b) Assegurar o respeito pela aplicação das percentagens máximas para a atribuição das menções de *Excelente* e *Muito Bom* e confirmar a atribuição da menção de *Insuficiente*.

4 - Intervém ainda no processo de avaliação do desempenho o Director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, ao qual compete:

- a) Garantir a permanente adequação do processo de avaliação às especificidades da escola;
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação de acordo com os princípios e regras definidos no presente Estatuto.

5 - A composição do júri de avaliação e da comissão de coordenação da avaliação do desempenho, bem como as suas competências, são definidas nos termos do n.º 4 do artigo 40.º

6 - No quadro das suas competências, incumbe à Inspeção-Geral da Educação, em articulação com o conselho científico para a avaliação de professores previsto no artigo 134.º, o acompanhamento global do processo de avaliação do desempenho do pessoal docente.

7 - [revogado]

Artigo 44.º

(revogado)

Artigo 45.º

Domínios de avaliação

1 – A dimensão de avaliação referida na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 42.º tem um carácter transversal ao exercício da profissão docente.

2 – A dimensão da avaliação referida na alínea *b)* do n.º 2 do artigo 42.º aprecia o contributo e a qualidade científico-pedagógica do trabalho desenvolvido pelo docente, tendo em conta os seguintes domínios:

- a)* Preparação e organização das actividades lectivas;
- b)* Realização das actividades lectivas;
- c)* Relação pedagógica com os alunos;
- d)* Processo de avaliação das aprendizagens dos alunos.

3 – Na dimensão da avaliação referida na alínea *c)* do n.º 2 do artigo 42.º são apreciados os contributos do docente para o funcionamento e qualidade do serviço prestado pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sendo tidos em conta os seguintes domínios:

- a)* O cumprimento do serviço lectivo e não lectivo distribuído;
- b)* O contributo dos docentes para a realização dos objectivos e metas do Projecto Educativo e dos planos anual e plurianual de actividades do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- c)* A participação nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e nos órgãos de administração e gestão;
- e)* A dinamização de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação educativa e sua correspondente avaliação; e

4 – A dimensão de avaliação referida na alínea *d)* do n.º 2 do artigo 42.º aprecia a incorporação da formação na prática profissional do docente, operacionalizando-se no domínio formação contínua e desenvolvimento profissional.

5 – No processo de avaliação do desempenho e durante o ano lectivo devem ser recolhidos elementos relevantes de natureza informativa, designadamente decorrentes de auto-avaliação e observação de aulas.

Artigo 46.º

Sistema de classificação

1 – [revogado]

2 - O resultado final da avaliação do docente é expresso através das seguintes menções qualitativas correspondentes às classificações de:

- a)* «Excelente» - de 9 a 10 valores;
- b)* «Muito Bom» - de 8 a 8,9 valores;
- c)* «Bom» - de 6,5 a 7,9 valores;
- d)* «Regular» - de 5 a 6,4 valores;
- e)* «Insuficiente» - de 1 a 4,9 valores.

3 - No decreto regulamentar previsto no n.º 4 do artigo 40.º são fixadas as percentagens máximas para a atribuição das menções de *Muito Bom* e *Excelente*, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada, as quais terão por referência os resultados obtidos na respectiva avaliação externa.

4 - A atribuição da menção de *Excelente* deve ainda especificar os contributos relevantes proporcionados pelo avaliado para a qualidade do serviço educativo prestado e das aprendizagens dos alunos, tendo em vista a sua inclusão numa base de dados sobre boas práticas e posterior divulgação.

4 – [revogado]

5 – [revogado]

6 – [revogado]

7 – [revogado]

8 – [revogado]

Artigo 47.º

Reclamação e recurso

- 1 – Atribuída a avaliação final, esta é dada a conhecer ao avaliado, que dela pode apresentar reclamação escrita no prazo de 10 dias úteis.
- 2 – Da decisão de atribuição da avaliação final e da decisão sobre a reclamação pode ser interposto recurso para o Júri Especial de Recurso, no prazo de 10 dias úteis contados do seu conhecimento.
- 3 – A composição do Júri Especial de Recurso é definida nos termos do n.º 4 do artigo 40.º.

Artigo 48.º

Efeitos da avaliação

- 1 - A atribuição das menções qualitativas de «Excelente» e/ou «Muito Bom» confere o direito:
 - a) À progressão aos 5.º e 7.º escalões sem dependência de vagas, aos docentes que obtenham, na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, uma das referidas menções;
 - b) À bonificação de um ano para progressão na carreira, a usufruir no escalão seguinte, aos docentes que obtenham duas menções qualitativas consecutivas de *Excelente*, ou, independentemente da ordem, duas menções qualitativas consecutivas de *Excelente* e *Muito Bom*;
 - c) À bonificação de seis meses para progressão na carreira, a usufruir no escalão seguinte, aos docentes que obtenham duas menções qualitativas consecutivas de *Muito Bom*;
 - d) À atribuição de um prémio pecuniário de desempenho, nos termos definidos no artigo 63.º
- 2 – A atribuição de menção qualitativa igual ou superior a «Bom» determina:
 - a) Que seja considerado o período de tempo a que respeita para efeitos de progressão na carreira;
 - b) O termo com sucesso do período probatório.
- 3 – A atribuição da menção qualitativa de *Regular* ou da menção qualitativa de *Insuficiente* implica a não contagem do período a que respeita para efeitos de progressão na carreira.
- 4 - A atribuição da menção qualitativa de Insuficiente implica:
 - a) A não renovação ou a celebração de novo contrato;

- b) A impossibilidade genérica de acumulação de funções nos termos previstos no artigo 111.º;
- c) A cessação da relação contratual do docente em período probatório no respectivo termo;
- d) A impossibilidade de nova candidatura, a qualquer título, à docência, no mesmo ano ou no ano escolar imediatamente subsequente àquele em que realizou o período probatório.

5 - A atribuição das menções qualitativas de Regular ou Insuficiente deve ser acompanhada de uma proposta de formação contínua que permita ao docente superar os aspectos do seu desempenho profissional identificados como negativos no respectivo processo de avaliação.

6 - A atribuição ao docente de carreira de duas menções consecutivas ou três interpoladas de *Insuficiente* determina a não distribuição de serviço lectivo no ano imediatamente subsequente.

Artigo 49.º

Garantias do processo de avaliação do desempenho

1 - Sem prejuízo das regras de publicidade previstas no presente Estatuto, o processo de avaliação tem carácter confidencial, devendo os instrumentos de avaliação de cada docente ser arquivados no respectivo processo individual.

2 - Todos os intervenientes no processo, à excepção do avaliado, ficam obrigados ao dever de sigilo sobre a matéria.

3 - Anualmente, e após conclusão do processo de avaliação, são divulgados na escola os resultados globais da avaliação do desempenho mediante informação não nominativa contendo o número de menções globalmente atribuídas ao pessoal docente, bem como o número de docentes não sujeitos à avaliação do desempenho.

Artigo 50.º

(Revogado.)

Artigo 51.º

(Revogado.)

Artigo 52.º

(Revogado.)

Artigo 53.º

(Revogado.)

Artigo 54.º

Aquisição de outras habilitações

- 1 – A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de mestre em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de um ano no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, na avaliação do desempenho docente lhes tenha sido sempre atribuída menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.
- 2 - A aquisição por docentes profissionalizados, integrados na carreira, do grau académico de doutor em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação confere direito à redução de dois anos no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, desde que, em qualquer caso, na avaliação do desempenho docente lhes tenha sido sempre atribuída menção qualitativa igual ou superior a *Bom*.
- 3 - O disposto nos números anteriores é aplicável aos docentes que, nos termos legais, foram dispensados da profissionalização.
- 4 - As características dos mestrados e doutoramentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 são definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 55.º

(Revogado.)

Artigo 56.º

Qualificação para o exercício de outras funções educativas

1 - A qualificação para o exercício de outras funções ou actividades educativas especializadas por docentes integrados na carreira, nos termos do artigo 36.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, adquire-se pela frequência, com aproveitamento, de cursos de formação especializada realizados em estabelecimentos de ensino superior para o efeito competentes nas seguintes áreas:

- a) Educação Especial;
- b) Administração Escolar;
- c) Administração Educacional;
- d) Animação Sócio-Cultural;
- e) Educação de Adultos;
- f) Orientação Educativa;
- g) Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores;

- b)* Gestão e Animação de Formação;
- i)* Comunicação Educacional e Gestão da Informação;
- j)* Inspeção da Educação.

2 - Constitui ainda qualificação para o exercício de outras funções educativas a aquisição, por docentes profissionalizados integrados na carreira, dos graus de mestre e de doutor nas áreas referidas no número anterior.

3 - Podem ainda ser definidas outras áreas de formação especializada, tomando em consideração as necessidades de desenvolvimento do sistema educativo, por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

4 - Os cursos a que se refere o n.º 1 do presente artigo serão definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 57.º

Exercício de outras funções educativas

1 - O docente que se encontre qualificado para o exercício de outras funções educativas, nos termos do artigo anterior, é obrigado ao desempenho efectivo dessas mesmas funções quando para tal tenha sido eleito ou designado, salvo nos casos em que, por despacho do Ministro da Educação, sejam reconhecidos motivos atendíveis e fundamentados que o incapacitem para aquele exercício.

2 - A recusa pelo docente que se encontre qualificado para o exercício de outras funções educativas, nos termos do n.º 1 do artigo anterior, do desempenho efectivo dessas mesmas funções, quando para tal tenha sido eleito ou designado, determina, na primeira avaliação do desempenho a ela subsequente, a atribuição da menção qualitativa de Insuficiente.

3 – [Revogado]

4 – [Revogado]

SUBCAPÍTULO III

Intercomunicabilidade

Artigo 58.º

(Revogado.)

CAPÍTULO VIII

Remunerações e outras prestações pecuniárias

Artigo 59.º

Índices remuneratórios

1 – A carreira docente é remunerada de acordo com as escalas indiciárias constantes do anexo I ao presente Estatuto, que dele faz parte integrante.

2 - O valor a que corresponde o índice 100 das escalas indiciárias e índices referido no número anterior é fixado por portaria nos termos previstos no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Artigo 60.º

(Revogado.)

Artigo 61.º

Cálculo da remuneração horária

A remuneração horária normal é calculada através da fórmula $(R_b \times 12) / (52 \times n)$, sendo R_b a remuneração mensal fixada para o respectivo escalão e n o número 35, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º

Artigo 62.º

Remuneração por trabalho extraordinário

1 - As horas de serviço docente extraordinário são compensadas por um acréscimo da retribuição horária normal de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 25% para a primeira hora semanal de trabalho extraordinário diurno;
- b) 50% para as horas subsequentes de trabalho extraordinário diurno.

2 - A retribuição do trabalho extraordinário nocturno é calculada através da multiplicação do valor da hora extraordinária diurna de serviço docente pelo coeficiente 1,25.

Artigo 63.º

Prémio de desempenho

- 1 - Em função das verbas orçamentais afectas em cada ano à atribuição de prémios de desempenho, o docente de carreira em efectividade de serviço docente tem direito a um prémio pecuniário de desempenho, equivalente à sua remuneração base mensal, a abonar numa única prestação, por cada duas avaliações de desempenho consecutivas, ou três interpoladas, com menção qualitativa igual ou superior a *Muito Bom*.
- 2 - O prémio de desempenho a que se refere o número anterior é processado e pago numa única prestação no final do ano em que se verifique a aquisição deste direito.
- 3 - A concessão do prémio é promovida oficiosamente pela respectiva escola ou agrupamento nos 30 dias após o termo do período de atribuição da avaliação.
- 4 - Quando o direito ao prémio de desempenho ocorra no mesmo ano civil em que houve progressão ao escalão seguinte, o mesmo é processado e pago no ano seguinte, tendo por referência o índice remuneratório que o docente auferia no período respeitante ao ciclo de avaliação.

CAPÍTULO IX

Mobilidade

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 64.º

Formas de mobilidade

- 1 - São instrumentos de mobilidade geral dos docentes integrados na carreira:
 - a) A mobilidade interna;
 - b) A cedência de interesse público.
- 2 - Os postos de trabalho existentes nos mapas dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas podem ser ocupados por docentes integrados na carreira através de procedimento concursal.
- 3 - O procedimento concursal permite ainda a transição entre níveis ou ciclos de ensino e entre grupos de recrutamento.

4 – As regras de mobilidade especial aplicáveis aos docentes sem componente lectiva atribuída e aos declarados incapacitados para o exercício de funções docentes são as definidas em diploma próprio.

5 – [revogado]

Artigo 65.º

(revogado)

Artigo 66.º

(revogado)

Artigo 67.º

Mobilidade interna

1 – Pode haver lugar à mobilidade interna de docentes integrados na carreira nos termos da lei geral, com as adaptações constantes dos números seguintes.

2 – Pode haver lugar à mobilidade interna de docentes na categoria ou intercarreiras por um ano escolar, eventualmente prorrogáveis até ao limite de quatro anos escolares, incluindo o primeiro.

3 – O limite previsto no número anterior é de nove anos no caso de funções docentes nas escolas europeias.

4 – O docente é remunerado pelo órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo mapa pertence no exercício das seguintes funções:

- d)* Funções docentes em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas públicos;
- e)* Funções docentes na educação extra-escolar;
- f)* Funções docentes nas escolas europeias.

5 – Findo o prazo previsto nos n.ºs 2 e 3, o docente:

- d)* Regressa ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo mapa pertence, não podendo voltar a ser sujeito a mobilidade durante o prazo de quatro anos escolares;
- e)* Pode candidatar-se a procedimento concursal para diferente carreira e categoria; ou
- f)* Requer a passagem à situação de licença sem remuneração de longa duração.

6 – O docente que regressa ao posto de trabalho de origem após ter passado pela situação de licença prevista na alínea *c)* do número anterior fica impedido de ser sujeito a mobilidade antes de decorrido um período mínimo de quatro anos escolares após o regresso.

7 – Por iniciativa da Administração, pode ocorrer a afectação definitiva do docente para posto de trabalho vago do mapa de outro agrupamento de escolas ou escola não agrupada,

independentemente de procedimento concursal, com fundamento em interesse público decorrente do planeamento e organização da rede escolar, nos termos dos números seguintes.

8 – Os docentes podem manifestar as suas preferências por ordem decrescente de prioridade, por agrupamentos de escolas, por escolas não agrupadas, por concelhos e pelo âmbito geográfico de acordo com as regras do procedimento concursal sobre preferências.

9 – Na ausência de horários nas preferências manifestadas, a colocação dos docentes efectua-se para a área do concelho do posto de trabalho de origem, sendo que se esta se situar nas áreas dos concelhos de Lisboa ou do Porto ou nas áreas dos concelhos enunciados no número seguinte a colocação faz-se para posto de trabalho neles situado, independentemente do acordo do interessado.

10 – Para efeitos do número anterior, consideram-se, relativamente a Lisboa, os concelhos de Amadora, Odivelas, Vila Franca de Xira, Loures, Cascais, Sintra, Oeiras, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo e Alcochete e, relativamente ao Porto, os de Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Artigo 68.º

Cedência de interesse público

Pode haver lugar a cedência de interesse público, nos termos da lei geral.

Artigo 69.º

(revogado)

Artigo 70.º

Comissão de serviço

O pessoal docente pode exercer funções dirigentes na Administração Pública, funções em gabinetes dos membros do Governo ou equiparados e ainda de outras funções para as quais a lei exija a comissão de serviço como vínculo.

Artigo 71.º

Autorização

1 - A autorização para a mobilidade geral é concedida por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, após parecer do órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo mapa os docentes pertencem.

2 - A autorização prevista no número anterior deverá referir obrigatoriamente que se encontra assegurada a substituição do docente.

3 - Por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação é fixado o período durante o qual pode, em cada ano escolar, ser requerida a mobilidade geral do pessoal docente.

4 - A mobilidade geral só produz efeitos no início de cada ano escolar.

5 - O disposto nos n.ºs 1 a 4 não é aplicável ao exercício de funções em que se aplique a respectiva legislação própria.

Artigo 72.º

Transição entre níveis de ensino e grupos de recrutamento

1 - Os docentes podem transitar, por procedimento concursal, entre os diversos níveis ou ciclos de ensino previstos neste Estatuto e entre os grupos de recrutamento estabelecidos em legislação própria.

2 - A transição fica condicionada à existência das qualificações profissionais exigidas para o nível, ciclo de ensino ou grupo de recrutamento a que o docente concorre.

3 - [Revogado]

4 - A mudança de nível, ciclo ou grupo de recrutamento não implica por si alterações na situação jurídico-funcional já detida, contando-se, para todos os efeitos, o tempo de serviço já prestado na carreira.

SUBCAPÍTULO II

Exercício de funções docentes por outros trabalhadores

Artigo 73.º

Exercício a tempo inteiro de funções docentes

1 - O exercício de funções docentes a tempo inteiro em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas pode ser assegurado por outros trabalhadores em funções públicas que preencham os requisitos legalmente exigidos para o efeito.

2 - As funções docentes referidas no número anterior são exercidas em regime de cedência de interesse público.

Artigo 74.º

Acumulação de funções

A acumulação de cargo ou posto de trabalho da Administração Pública com o exercício de funções docentes em agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, só é permitida quando o trabalhador esteja integrado em carreira.

CAPÍTULO X

Condições de trabalho

SUBCAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 75.º

Regime geral

O pessoal docente rege-se em matéria de duração de trabalho, férias, faltas e licenças pelas disposições constantes dos subcapítulos seguintes.

SUBCAPÍTULO II

Duração de trabalho

Artigo 76.º

Duração semanal

1 - O pessoal docente em exercício de funções é obrigado à prestação de trinta e cinco horas semanais de serviço.

2 - O horário semanal dos docentes integra uma componente lectiva e uma componente não lectiva e desenvolve-se em cinco dias de trabalho.

3 - No horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respectiva prestação semanal de trabalho, com excepção da componente não lectiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 82.º

Artigo 77.º

Componente lectiva

1 - A componente lectiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico é de vinte e cinco horas semanais.

2 - A componente lectiva do pessoal docente dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial, é de vinte e duas horas semanais.

Artigo 78.º

Organização da componente lectiva

- 1 - Na organização da componente lectiva será tido em conta o máximo de turmas disciplinares a atribuir a cada docente, de molde a, considerados os correspondentes programas, assegurar-lhe o necessário equilíbrio global, garantindo um elevado nível de qualidade ao ensino.
- 2 - A componente lectiva do horário do docente corresponde ao número de horas leccionadas e abrange todo o trabalho com a turma ou grupo de alunos durante o período de leccionação da disciplina ou área curricular não disciplinar.
- 3 - Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis horas lectivas consecutivas, de acordo com os períodos referidos no n.º 2 do artigo 94.º

Artigo 79.º

Redução da componente lectiva

- 1 - A componente lectiva do trabalho semanal a que estão obrigados os docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial é reduzida, até ao limite de oito horas, nos termos seguintes:
 - a) De duas horas logo que os docentes atinjam 50 anos de idade e 15 anos de serviço docente;
 - b) De mais duas horas logo que os docentes atinjam 55 anos de idade e 20 anos de serviço docente;
 - c) De mais quatro horas logo que os docentes atinjam 60 anos de idade e 25 anos de serviço docente.
- 2 - Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência, que completarem 60 anos de idade, independentemente de outro requisito, podem requerer a redução de cinco horas da respectiva componente lectiva semanal.
- 3 - Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que atinjam 25 e 33 anos de serviço lectivo efectivo em regime de monodocência podem ainda requerer a concessão de dispensa total da componente lectiva, pelo período de um ano escolar.
- 4 - As reduções ou a dispensa total da componente lectiva previstas nos números anteriores apenas produzem efeitos no início do ano escolar imediato ao da verificação dos requisitos exigidos.

5 - A dispensa prevista no n.º 3 pode ser usufruída num dos cinco anos imediatos àquele em que se verificar o requisito exigido, ponderada a conveniência do serviço.

6 - A redução da componente lectiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos dos números anteriores, determina o acréscimo correspondente da componente não lectiva a nível de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade de prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.

7 - Na situação prevista no n.º 3, a componente não lectiva de estabelecimento é limitada a vinte e cinco horas semanais e preenchida preferencialmente pelas actividades previstas nas alíneas *d)*, *f)*, *g)*, *i)*, *j)* e *n)* do n.º 3 do artigo 82.º

Artigo 80.º

Exercício de outras funções pedagógicas

1 - O desempenho de cargos de natureza pedagógica, designadamente de orientação educativa e de supervisão pedagógica, dá lugar a redução da componente lectiva.

2 - Ao número de horas de redução da componente lectiva a que os docentes tenham direito pelo exercício de funções pedagógicas são subtraídas as horas correspondentes à redução da componente lectiva semanal de que os mesmos beneficiem em função da sua idade e tempo de serviço.

3 - A redução da componente lectiva prevista no n.º 1 é fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 81.º

(Revogado.)

Artigo 82.º

Componente não lectiva

1 - A componente não lectiva do pessoal docente abrange a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino.

2 - O trabalho a nível individual pode compreender, para além da preparação das aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.

3 - O trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino deve ser desenvolvido sob orientação das respectivas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica com o

objectivo de contribuir para a realização do projecto educativo da escola, podendo compreender as seguintes actividades:

- a)* A colaboração em actividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
- b)* A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
- c)* A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;
- d)* A participação, devidamente autorizada, em acções de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didáctica com ligação à matéria curricular leccionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola definidas no respectivo projecto educativo ou plano de actividades;
- e)* A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situação de ausência de curta duração, nos termos do n.º 5;
- f)* A realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objectivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;
- g)* A assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão da escola ou agrupamento;
- h)* O acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;
- i)* O desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;
- j)* O acompanhamento e a supervisão das actividades de enriquecimento e complemento curricular;
- l)* A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;
- m)* O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- n)* A produção de materiais pedagógicos.

4 - A distribuição de serviço docente a que se refere o número anterior é determinada pelo órgão de direcção executiva, ouvido o conselho pedagógico e as estruturas de coordenação intermédias, de forma a:

- a)* Assegurar que as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos são satisfeitas;
- b)* Permitir a realização de actividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar.

5 - Para os efeitos do disposto na alínea *e*) do n.º 3, considera-se ausência de curta duração a que não for superior a 5 dias lectivos na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico ou a 10 dias lectivos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário.

6 - O docente incumbido de realizar as actividades referidas na alínea *e*) do n.º 3 deve ser avisado, pelo menos, no dia anterior ao início das mesmas.

7 - A substituição prevista na alínea *e*) do n.º 3, tem lugar nos seguintes termos:

- a*) Preferencialmente, mediante permuta da actividade lectiva programada entre os docentes da mesma turma ou entre docentes legalmente habilitados para a leccionação da disciplina, no âmbito do departamento curricular ou do conselho de docentes;
- b*) Mediante leccionação da aula correspondente por um docente de carreira com formação adequada e componente lectiva incompleta, de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina;
- c*) Através da organização de actividades de enriquecimento e complemento curricular que possibilitem a ocupação educativa dos alunos, quando não for possível assegurar as actividades curriculares nas condições previstas nas alíneas anteriores.

Artigo 83.º

Serviço docente extraordinário

1 - Considera-se serviço docente extraordinário aquele que, por determinação do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, for prestado além do número de horas das componentes lectiva e não lectiva registadas no horário semanal de trabalho do docente.

2 – [Revogado]

3 - O docente não pode recusar-se ao cumprimento do serviço extraordinário que lhe for distribuído resultante de situações ocorridas no decurso do ano lectivo, podendo no entanto solicitar dispensa da respectiva prestação por motivos atendíveis.

4 - O serviço docente extraordinário não pode exceder cinco horas por semana, salvo casos excepcionais devidamente fundamentados e autorizados pelo director regional.

5 – [Revogado]

6 - O cálculo do valor da hora lectiva extraordinária tem por base a duração da componente lectiva do docente, nos termos previstos no artigo 77.º do presente Estatuto.

7 - Não deve ser distribuído serviço docente extraordinário aos docentes que se encontrem ao abrigo do Estatuto do Trabalhador-Estudante e apoio a filhos deficientes, e ainda àqueles que beneficiem de redução ou dispensa total da componente lectiva nos termos do artigo 79.º, salvo nas situações em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal do docente em função da carga horária da disciplina que ministra.

Artigo 84.º

Serviço docente nocturno

1 - Considera-se serviço docente nocturno o que estiver fixado no regime geral da função pública.

2 - Para efeitos de cumprimento da componente lectiva, as horas de serviço docente nocturno são bonificadas com o factor 1,5, arredondado por defeito.

Artigo 85.º

Tempo parcial

Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º, o pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário pode exercer funções em regime de tempo parcial, nos termos previstos para os demais trabalhadores em funções públicas na mesma modalidade.

SUBCAPÍTULO III

Férias, faltas e licenças

Artigo 86.º

Regime geral

1 - Ao pessoal docente aplica-se a legislação geral em vigor na função pública em matéria de férias, faltas e licenças, com as adaptações constantes das secções seguintes.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior entende-se por:

- a) «Serviço» - os agrupamentos de escola ou as escolas não agrupadas;
- b) «Dirigente e dirigente máximo» - o órgão de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas.

3 - As autorizações previstas na legislação geral sobre a matéria regulada no presente subcapítulo podem ser concedidas desde que salvaguardada a possibilidade de substituição dos docentes.

SECÇÃO I

Férias

Artigo 87.º

Direito a férias

- 1 - O pessoal docente tem direito em cada ano ao período de férias estabelecido na lei geral.
- 2 - O pessoal docente contratado em efectividade de serviço à data em que termina o ano lectivo e com menos de um ano de docência tem direito ao gozo de um período de férias igual ao produto do número inteiro correspondente a dois dias e meio por mês completo de serviço prestado até 31 de Agosto pelo coeficiente 0,833, arredondado para a unidade imediatamente superior.
- 3 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se como mês completo de serviço o período de duração superior a 15 dias.

Artigo 88.º

Período de férias

- 1 - As férias do pessoal docente em exercício de funções são gozadas entre o termo de um ano lectivo e o início do ano lectivo seguinte.
- 2 - As férias podem ser gozadas num único período ou em dois interpolados, um dos quais com a duração mínima de oito dias úteis consecutivos.
- 3 - O período ou períodos de férias são marcados tendo em consideração os interesses dos docentes e a conveniência da escola, sem prejuízo de em todos os casos ser assegurado o funcionamento dos estabelecimentos de educação ou de ensino.
- 4 - Não se verificando acordo, as férias serão marcadas pelo órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, nos termos previstos no n.º 1.

Artigo 89.º

Acumulação de férias

As férias respeitantes a determinado ano podem, por conveniência de serviço ou por interesse do docente, ser gozadas no ano civil imediato, em acumulação com as vencidas neste, até ao limite de 30 dias úteis, salvaguardados os interesses do estabelecimento de educação ou de ensino e mediante acordo do respectivo órgão de administração e gestão.

Artigo 90.º

Interrupção do gozo de férias

Durante o gozo do período de férias o pessoal docente não deve ser convocado para a realização de quaisquer tarefas.

SECÇÃO II

Interrupção da actividade lectiva

Artigo 91.º

Interrupção da actividade

1 – Durante os períodos de interrupção da actividade lectiva, a distribuição do serviço docente para cumprimento das necessárias tarefas de natureza pedagógica ou organizacional, designadamente as de avaliação e planeamento, consta de um plano elaborado pelo órgão de administração e gestão do agrupamento ou escola não agrupada, do qual deve ser dado prévio conhecimento aos docentes.

2 - Na elaboração do plano referido no número anterior deve ser tido em conta que os períodos de interrupção da actividade lectiva podem ainda ser utilizados pelos docentes para a frequência de acções de formação e para a componente não lectiva de trabalho individual.

Artigo 92.º

(Revogado.)

Artigo 93.º

(Revogado.)

SECÇÃO III

Faltas

Artigo 94.º

Conceito de falta

1 - Falta é a ausência do docente durante a totalidade ou parte do período diário de presença obrigatória no estabelecimento de educação ou de ensino, no desempenho de actividade das componentes lectiva e não lectiva, ou em local a que deva deslocar-se no exercício de tais funções.

2 - As faltas dadas a tempos registados no horário individual do docente são referenciadas a:

- a) Períodos de uma hora, tratando-se de docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

b) Períodos de quarenta e cinco minutos, tratando-se de docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

3 – A ausência do docente a um dos tempos de uma aula de noventa minutos de duração é registada nos termos da alínea *b)* do número anterior.

4 – [revogado]

5 - É considerado um dia de falta a ausência a um número de horas igual ao quociente da divisão por cinco do número de horas de serviço docente que deva ser obrigatoriamente registado no horário semanal do docente.

6 - É ainda considerada falta a um dia:

a) A ausência do docente a serviço de exames;

b) A ausência do docente a reuniões que visem a avaliação sumativa de alunos.

7 - A ausência a outras reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos da lei é considerada falta do docente a dois tempos lectivos.

8 - As faltas por períodos inferiores a um dia são adicionadas no decurso do ano escolar para efeitos do disposto no n.º 5.

9 - As faltas a serviço de exames, bem como a reuniões que visem a avaliação sumativa de alunos, apenas podem ser justificadas por casamento, por maternidade e paternidade, por nascimento, por falecimento de familiar, por doença, por doença prolongada, por acidente em serviço, por isolamento profilático e para cumprimento de obrigações legais, tal como regulado na lei.

10 - A falta ao serviço lectivo que dependa de autorização apenas pode ser permitida quando o docente tenha apresentado ao órgão de administração e gestão da escola o plano de aula a que pretende faltar.

Artigo 95.º

(Revogado.)

Artigo 96.º

(Revogado.)

Artigo 97.º

(Revogado.)

Artigo 98.º

(Revogado.)

Artigo 99.º

Regresso ao serviço no decurso do ano escolar

1 - O docente que, tendo passado à situação de licença sem remuneração de longa duração na sequência de doença, regresse ao serviço no decurso do ano escolar permanecerá no mapa a que pertence em funções de apoio até ao início do ano escolar seguinte.

2 - O regresso ao serviço nos termos do número anterior depende de parecer favorável da junta médica.

Artigo 100.º

Junta médica

1 - Sem prejuízo das competências reconhecidas por lei à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, a referência à junta médica prevista na lei geral e no presente diploma considera-se feita às juntas médicas das direcções regionais de educação.

2 - Há ainda lugar a intervenção da junta médica da direcção regional de educação nas situações de licença por gravidez de risco clínico prevista no n.º 1 do artigo 37.º do Código do Trabalho.

Artigo 101.º

Condição de trabalhador-estudante

1 - É trabalhador-estudante para efeitos do presente Estatuto, o docente que frequente instituição de ensino superior tendo em vista a obtenção de grau académico ou de pós graduação e desde que esta se destine ao seu desenvolvimento profissional na docência.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º, aos docentes abrangidos pelo Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser distribuído serviço lectivo extraordinário no início do ano escolar, sendo obrigatório o respectivo cumprimento, excepto nos dias que beneficiem das dispensas ou faltas previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

3 - Na organização dos horários, o órgão competente deve, sempre que possível, definir um horário de trabalho que possibilite ao docente a frequência das aulas dos cursos referidos no n.º 1 e a inerente deslocação para os respectivos estabelecimentos de ensino.

Artigo 102.º

Faltas por conta do período de férias

1 - O docente pode faltar um dia útil por mês, por conta do período de férias, até ao limite de sete dias úteis por ano.

2 - As faltas previstas no presente artigo quando dadas por docente em período probatório apenas podem ser descontadas nas férias do próprio ano.

3 - O docente que pretenda faltar ao abrigo do disposto no presente artigo deve solicitar, com a antecedência mínima de três dias úteis, autorização escrita ao órgão de administração e gestão do respectivo estabelecimento de educação ou de ensino, ou se tal não for comprovadamente possível, no próprio dia, por participação oral, que deve ser reduzida a escrito no dia em que o docente regresse ao serviço

4 - As faltas a tempos lectivos por conta do período de férias são computadas nos termos previstos do n.º 5 do artigo 94.º, até ao limite de quatro dias, a partir do qual são consideradas faltas a um dia.

Artigo 103.º

Prestação efectiva de serviço

Para efeitos de aplicação do disposto no presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

- a) Assistência a filhos menores;
- b) Doença;
- c) Doença prolongada;
- d) Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo n.º 1 do artigo 101.º;
- e) Licença sabática e equiparação a bolseiro;
- f) Dispensas para formação nos termos do artigo 109.º;
- g) Exercício do direito à greve;
- h) Prestação de provas de procedimento concursal;
- i) As dadas por docentes eleitos para estruturas de representação colectiva, nos termos definidos por lei.

Artigo 104.º

(Revogado.)

SECÇÃO IV

Licenças

Artigo 105.º

Licença sem remuneração até 90 dias

- 1 – O docente de carreira com, pelo menos, três anos de serviço docente efectivo pode requerer em cada ano civil licença sem remuneração até 90 dias, a gozar seguidamente.
- 2 – A licença sem remuneração é autorizada por períodos de 30, 60 ou 90 dias.
- 3 – O gozo de licença sem remuneração até 90 dias impede que seja requerida nova licença da mesma natureza no prazo de três anos.
- 4 - O docente a quem a licença tenha sido concedida só pode regressar ao serviço após o gozo integral daquela.

Artigo 106.º

Licença sem remuneração por um ano

- 1 - O gozo de licença sem remuneração por um ano pelo pessoal docente é obrigatoriamente coincidente com o início e o termo do ano escolar.
- 2 - O período de tempo de licença é contado para efeitos de aposentação, sobrevivência e fruição dos benefícios da ADSE se o docente mantiver os correspondentes descontos com base na remuneração auferida à data da sua concessão.

Artigo 107.º

Licença sem remuneração de longa duração

- 1 – O docente de carreira com, pelo menos, cinco anos de serviço docente efectivo pode requerer licença sem remuneração de longa duração.
- 2 – O início e o termo da licença sem remuneração de longa duração são obrigatoriamente coincidentes com as datas de início e de termo do ano escolar.
- 3 – O docente em gozo de licença sem remuneração de longa duração pode requerer, nos termos do número anterior, o regresso ao mapa de origem, numa das vagas existentes no respectivo grupo de recrutamento ou na primeira que venha a ocorrer.
- 4 – Para efeitos de regresso ao mapa de origem, o docente deve apresentar o respectivo requerimento até ao final do mês de Setembro do ano lectivo anterior àquele em que pretende regressar

5 - O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de o docente se apresentar a procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho em outros mapas, quando não existir vaga no mapa de origem.

6 - No caso de o docente não ocupar posto de trabalho em mapa em consequência de procedimento concursal, mantém-se na situação de licença sem remuneração de longa duração, com os direitos previstos nos números anteriores.

Artigo 108.º

Licença sabática

1 - Ao docente de carreira com avaliação do desempenho igual ou superior a *Bom* e, pelo menos, oito anos de tempo de serviço ininterrupto no exercício efectivo de funções docentes, pode ser concedida licença sabática, pelo período de um ano escolar, nas condições a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 - A licença sabática corresponde à dispensa da actividade docente, destinando-se à formação contínua, à frequência de cursos especializados ou à realização de investigação aplicada que sejam incompatíveis com a manutenção de desempenho de serviço docente.

SECÇÃO V

Dispensas

Artigo 109.º

Dispensas para formação

1 - Ao pessoal docente podem ser concedidas dispensas de serviço docente para participação em actividades de formação destinadas à respectiva actualização, nas condições a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, com as especialidades previstas nos números seguintes.

2 - As dispensas para formação da iniciativa de serviços centrais, regionais ou do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a que o docente pertence são concedidas preferencialmente na componente não lectiva do horário do docente.

3 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a formação de iniciativa do docente é autorizada durante os períodos de interrupção da actividade lectiva.

4 - Quando for comprovadamente inviável ou insuficiente a utilização das interrupções lectivas, a formação a que se refere o número anterior pode ser realizada nos períodos destinados ao exercício da componente não lectiva nas seguintes condições:

- a) Tratando-se de educadores de infância;
- b) Nos restantes casos, até ao limite de dez horas por ano escolar.

5 - A dispensa a que se refere o presente artigo não pode exceder, por ano escolar, cinco dias úteis seguidos ou oito interpolados.

Artigo 110.º

Equiparação a bolseiro

- 1 - A concessão da equiparação a bolseiro ao pessoal docente rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto, com as especialidades constantes de portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.
- 2 - O período máximo pelo qual for concedida a equiparação a bolseiro, incluindo a autorizada a tempo parcial, é deduzido em 50% na redução de tempo de serviço prevista no artigo 54.º
- 3 - A concessão de equiparação a bolseiro não pode anteceder ou suceder à licença sabática sem que decorra um período mínimo de dois anos escolares de intervalo.
- 4 - O docente que tiver beneficiado do estatuto de equiparado a bolseiro é obrigado a prestar a sua actividade efectiva no Ministério da Educação pelo número de anos correspondente à totalidade do período de equiparação que lhe tiver sido concedido.
- 5 - O não cumprimento do estabelecido no número anterior retira a possibilidade de concessão de nova equiparação e obriga à reposição de todos os vencimentos percebidos pelo docente durante o período em que beneficiou desta condição.

SECÇÃO VII

Acumulação

Artigo 111.º

Acumulações

- 1 - Aos docentes integrados na carreira pode ser autorizada a acumulação do exercício de funções docentes em estabelecimentos de educação ou de ensino com:
 - a) Actividades de carácter ocasional que possam ser consideradas como complemento da actividade docente;
 - b) O exercício de funções docentes ou de formação em outros estabelecimentos de educação ou de ensino.
- 2 - Consideram-se impossibilitados de acumular outras funções os docentes que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) Em período probatório;
- b) Nas situações a que se refere o n.º 3 do artigo 48.º;
- c) Em situação de licença sabática ou de equiparação a bolseiro.

3 - O regime de acumulação a que se referem os números anteriores é igualmente aplicável aos docentes em regime de contrato e horário completo.

4 - Por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da Administração Pública são fixados os termos e as condições em que é permitida a acumulação referida nos números anteriores.

CAPÍTULO XI

Regime disciplinar

Artigo 112.º

Princípio geral

Ao pessoal docente é aplicável o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, com as adaptações constantes do presente capítulo.

Artigo 113.º

Responsabilidade disciplinar

1 – O pessoal docente é disciplinarmente responsável perante o director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde presta funções.

2 – São disciplinarmente responsáveis perante o respectivo director regional de educação:

- a) Os membros docentes do Conselho Geral, pelas infracções praticadas no exercício dessas funções;
- b) O director.

Artigo 114.º

Infracção disciplinar

Considera-se infracção disciplinar o comportamento do docente, por acção ou omissão, ainda que meramente culposo, que viole deveres gerais ou especiais que lhe incumbem.

Artigo 115.º

Processo disciplinar

1 – A instauração de processo disciplinar é da competência do director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 – Sendo o director ou algum membro docente do Conselho Geral, nas situações previstas no artigo 113.º, visado em processo disciplinar, a competência para a sua instauração cabe ao respectivo director regional de educação.

3 - A instauração de processo disciplinar em consequência de acções inspectivas da Inspeção-Geral da Educação é da competência do inspector-geral da Educação, com possibilidade de delegação nos termos gerais.

4 – A nomeação do instrutor é da competência da entidade que instaurar o processo disciplinar, nos termos do artigo 42.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, não se aplicando o n.º 4 no que à actividade lectiva concerne.

5 - A instauração do processo disciplinar, nos termos do n.º 1, é comunicada imediatamente à respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, à qual pode ser solicitado o apoio técnico-jurídico considerado necessário.

6 – Excepcionalmente, pode a entidade que instaurar processo disciplinar solicitar à respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, a nomeação de instrutor, com fundamento na manifesta impossibilidade da sua nomeação.

7 – A suspensão preventiva é proposta pelo director ou pelo instrutor do processo e decidida:

- a) Pelo director regional de educação, caso o arguido seja docente;
- b) Pelo Ministro da Educação, caso o arguido seja o director ou um membro docente do Conselho Geral.

8 – O prazo previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, pode ser prorrogado até ao final do ano lectivo, sob proposta da entidade competente para instaurar o processo disciplinar e com os fundamentos previstos na lei.

Artigo 116.º

Competência para aplicação das penas

1 – A aplicação das penas ao pessoal docente é da competência:

- d) Do director, no caso da pena de repreensão escrita;
- e) Dos directores regionais de educação, no caso das penas de multa e de suspensão;
- f) Do Ministro da Educação, no caso da pena de demissão ou despedimento por facto imputável ao docente.

2 – A aplicação das penas ao director ou a um membro do Conselho Geral, nas situações previstas no artigo 113.º, é da competência:

- c) Dos directores regionais de educação, no caso das penas de repreensão escrita, multa e suspensão;
- d) Do Ministro da Educação, no caso da pena de demissão ou despedimento por facto que lhe seja imputável.

3 – [revogado]

Artigo 117.º

Aplicação de penas aos contratados

1 – A aplicação de pena disciplinar de suspensão a docentes em regime de contrato a termo resolutivo determina a não renovação do contrato, podendo implicar a sua imediata cessação se o período de afastamento da função docente for igual ou superior ao período durante o qual, no âmbito desse contrato, prestou funções.

2 – A aplicação da pena disciplinar de despedimento a docentes em regime de contrato a termo resolutivo determina a incompatibilidade para o exercício de funções docentes nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

CAPÍTULO XII

Limite de idade e aposentação

Artigo 118.º

(Revogado.)

Artigo 119.º

Aposentação

São aplicáveis ao pessoal docente os Estatutos da Aposentação e das Pensões de Sobrevivência dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Artigo 120.º

(Revogado.)

Artigo 121.º

(Revogado.)

CAPÍTULO XIII

Disposições transitórias e finais

SUBCAPÍTULO I

Disposições transitórias

Artigo 122.º

(Revogado.)

Artigo 123.º

(Revogado.)

Artigo 124.º

(Revogado.)

Artigo 125.º

(Revogado.)

Artigo 126.º

(Revogado.)

Artigo 127.º

(Revogado.)

Artigo 128.º

(Revogado.)

SUBCAPÍTULO II

Disposições finais

Artigo 129.º

(Revogado)

Artigo 130.º

(Revogado.)

Artigo 131.º

(Revogado.)

Artigo 132.º

Contagem do tempo de serviço

1 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4, a contagem do tempo de serviço do pessoal docente, incluindo o prestado em regime de tempo parcial, considerado para efeitos de antiguidade, obedece às regras gerais aplicáveis aos restantes trabalhadores em funções públicas.

2 – [Revogado]

3 - A contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente obedece ainda ao disposto nos artigos 37.º, 38.º, 39.º, 48.º e 54.º

4 - A contagem do tempo de serviço do pessoal docente é feita por ano escolar.

Artigo 133.º

Docentes dos ensinos particular e cooperativo

1 – O ingresso na carreira dos docentes oriundos do ensino particular e cooperativo efectua-se para o escalão da categoria de professor que lhe competiria caso tivessem ingressado nas escolas da rede pública, desde que verificados os requisitos de tempo de serviço nos termos do presente Estatuto.

2 - O período probatório realizado no ensino particular e cooperativo é válido para efeitos de ingresso na carreira docente quando realizado mediante acreditação do Ministério da Educação, nos termos e condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

3 - Os critérios de posicionamento na carreira decorrentes do ingresso a que se refere o n.º 1 são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, administração pública e educação.

Artigo 134.º

Conselho científico para avaliação de professores

1 - É criado, na dependência directa do membro do Governo responsável pela área da educação, o conselho científico para a avaliação de professores com a missão de implementar e assegurar o acompanhamento e monitorização do novo regime de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2 - O presidente do conselho científico para a avaliação de professores é equiparado a cargo de direcção superior de 1.º grau.

3 - A composição e modo de funcionamento do conselho são definidos por decreto regulamentar.

Artigo 135.º

Direito aplicável

A carreira docente rege-se pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com as adaptações previstas no presente Estatuto.

ANEXO I

Tabela a que se refere o n.º 3 do artigo 34.º e n.º 1 do artigo 59.º do Estatuto

Escalões	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º
Índices	167	188	205	218	235	245	272	299	340	370

ANEXO II

Estrutura da carreira docente

Carreira especial	Categoria	Grau de complexidade funcional
Docente	Professor	3